

Titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Elekeiroz S.A. que residam fora do Brasil poderão participar da oferta objeto deste edital, desde que tais acionistas cumpram todas as leis e regulamentos a que podem estar sujeitos. Esta oferta é dirigida exclusivamente aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Elekeiroz S.A. aptos a participar do leilão na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A oferta não é destinada a pessoas que residam em qualquer jurisdição na qual realizar ou participar da oferta seria proibido por lei. Esta oferta não foi e não será registrada nos termos da legislação federal norte-americana de valores mobiliários.

**EDITAL DE OFERTA PÚBLICA UNIFICADA DE
AQUISIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA
ELEKEIROZ S.A. E FECHAMENTO DE CAPITAL**

CNPJ/MF nº 13.788.120/0001-47

NIRE 35.3.003.2397-1/ CVM nº 4359

Código ISIN das Ações Ordinárias: BRELEKACNOR5

Código ISIN das Ações Preferenciais: BRELEKACNPR2

Código de Negociação das Ações Ordinárias na B3: ELEK3

Código de Negociação das Ações Preferenciais na B3: ELEK4



INTERMEDIADA POR

SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A.



POR CONTA E ORDEM DE
**KILIMANJARO BRASIL PARTNERS I B – FUNDO DE INVESTIMENTO EM
PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR**

SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 3º andar, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.285.390/0001-40 ("Instituição Intermediária"), por conta e ordem de KILIMANJARO BRASIL PARTNERS I B - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, fundo de investimento em participações, inscrito CNPJ/MF sob nº 27.486.551/0001-63, neste ato representado por seu administrador BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, 151, 19º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.025.053/0001-32 ("Ofertante"), vem apresentar a todos os acionistas não controladores ("Acionistas") da ELEKEIROZ S.A., sociedade por ações devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Avenida Dr. Edgardo de Azevedo Soares, nº 392, na Cidade de Várzea Paulista, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.788.120/0001-47, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "A" de emissores sob nº 4359, com seu estatuto social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.3.003.2397-1 ("Companhia"), a presente oferta pública unificada para a aquisição de até a totalidade das Ações Objeto da Oferta (conforme definido no item 2.1 abaixo), com procedimento diferenciado, (i) em atendimento à obrigação de apresentar oferta pública de aquisição em virtude da alienação de controle da Companhia, conforme descrita no item 1.1 abaixo; e (ii) para cancelamento de registro da Companhia para negociação de ações nos mercados regulamentados de valores mobiliários categoria "A" e consequente saída do Segmento Básico de listagem na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ("Cancelamento de Registro") (itens (i) e (ii) referidos em conjunto como "Oferta"), de acordo com o disposto (a) nos artigos 4º, §4º, e 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (b) na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais"); (c) nas regras estabelecidas na Instrução da CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 361"); e (d) na decisão do Colegiado da CVM de 18 de junho de 2019 que aprovou o pleito da Ofertante de adoção de procedimento diferenciado na Oferta ("Decisão do Colegiado da CVM"), nos termos e condições deste edital da Oferta ("Edital") descritos a seguir:

1. Razões para Realização da Oferta

1.1. Alienação de Controle. Conforme divulgado em fato relevante de 26 de abril de 2018, a Ofertante e o então acionista controlador da Companhia, ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., sociedade por ações devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1.938, 5º andar, Bela Vista,

CEP 01310-200, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.532.644/0001-15 ("Alienante do Controle"), celebraram, em 26 de abril de 2018, um Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato de Compra e Venda"), o qual estabeleceu os termos e condições pelos quais a Ofertante se obrigou, sujeito à implementação de determinadas condições precedentes, a adquirir do Alienante do Controle, 14.261.761 (catorze milhões, duzentos e sessenta e um mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias, correspondentes a 98,2% (noventa e oito vírgula dois por cento) do total de ações ordinárias, e 16.117.360 (dezesseis milhões, cento e dezessete mil, trezentas e sessenta) ações preferenciais, correspondentes a 95% (noventa e cinco por cento) do total de ações preferenciais, todas de emissão da Companhia, correspondentes em conjunto a 96,5% (noventa e seis vírgula cinco por cento) do seu capital social total ("Ações de Controle") ("Operação").

1.2. Fechamento da Alienação de Controle. Conforme fato relevante divulgado em 4 de junho de 2018 ("Data de Fechamento"), as condições precedentes para a conclusão da Operação foram implementadas, aceitas como cumpridas, ou de outra forma renunciadas, em termos satisfatórios para as partes aplicáveis, e ocorreu o fechamento da alienação de controle ("Alienação de Controle"). No fechamento da Operação, o preço de aquisição total pago pelas Ações de Controle foi de R\$29.124.816,41 (vinte e nove milhões, cento e vinte e quatro mil, oitocentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos), correspondente a R\$0,95871 (zero vírgula nove cinco oito sete um centavo) por ação ordinária ou preferencial de emissão da Companhia adquirida ("Parcela à Vista").

1.3. Ajustes Pós-Fechamento. Nos termos do Contrato de Compra e Venda, o valor da Parcela à Vista foi ajustado em 15 de outubro de 2018, pela diferença entre o valor do endividamento líquido e do capital de giro da Companhia apurados na Data de Fechamento, e, respectivamente, o valor do endividamento líquido base de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) e do capital de giro base de R\$149.490.000,00 (cento e quarenta e nove milhões, quatrocentos e noventa mil reais). Tal ajuste resultou em um complemento à Parcela à Vista de R\$16.555.189,85 (dezesseis milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), correspondente a R\$0,54495 (zero vírgula cinco quatro quatro nove cinco centavo) por ação ordinária ou preferencial da Companhia adquirida ("Ajuste Pós-Fechamento"), sendo certo que a soma da Parcela à Vista e do Ajuste Pós-Fechamento resultou em um pagamento, pelas Ações de Controle, de R\$45.680.006,26 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta mil e seis reais e vinte e seis centavos), correspondente a R\$1,50366 (um real e cinco zero três seis seis centavos) por ação ordinária ou preferencial de emissão da Companhia adquirida. Tal valor poderá ser acrescido de possíveis Earn Outs (conforme definidos no item 1.4 abaixo), totalizando tal resultado o preço de fechamento da Operação ("Preço de Fechamento").

1.4. Earn Outs. Nos termos das cláusulas 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 do Contrato

de Compra e Venda, disponível no website da CVM por meio do link <http://sistemas.cvm.gov.br/asp/cvmwww/registro/opa/laudedit2.asp?AnoProc=&Sit=Anal&Proc=RJ-2018-04437&Emiss=ELEKEIROZ+S%2FA>, o Alienante do Controle terá o direito ao recebimento de valores adicionais após o fechamento da Operação, sem garantia ou limitação de prazo de averiguação ou pagamento em relação à data de celebração do Contrato de Compra e Venda, à vista e/ou em parcelas (conforme o evento que der origem ao pagamento), em decorrência dos eventos e fatos, futuros e incertos, indicados nos itens abaixo, os quais podem ser cumulativos (todos os eventos listados abaixo conjuntamente denominados "Earn-Outs"):

1.4.1. Earn-Out Imóveis. Ficou estabelecido na cláusula 6.1.1 do Contrato de Compra e Venda que a possível venda e/ou exploração comercial de certos imóveis não operacionais de titularidade da Companhia, tal qual elencados no Contrato de Compra e Venda ("Imóveis"), configurariam um complemento da Parcela à Vista ("Earn Out Não Operacional 1"). Os valores das referidas vendas e/ou eventuais resultados financeiros diretos positivos que venham a ser recebidos pela Companhia pela exploração dos Imóveis, multiplicados pelo percentual de participação societária detida pelo Alienante do Controle na Companhia na Data de Fechamento (de 96,5% (noventa e seis vírgula cinco por cento)), deverão ser pagos ao Alienante do Controle após o desconto de eventuais (i) tributos, contingências, despesas e encargos incidentes sobre as vendas e/ou resultados financeiros advindos da exploração comercial dos Imóveis, e (ii) custos e despesas incorridos no processo de venda e/ou exploração comercial dos Imóveis. Não obstante o acima, se os Imóveis puderem ser entregues para o Alienante do Controle na proporção de 96,5% (noventa e seis vírgula cinco por cento), permanecendo a Companhia com os 3,5% (três vírgula cinco por cento) remanescentes, o pagamento do Earn Out Não Operacional 1 relativo a cada Imóvel poderá ser realizado mediante dação em pagamento, para o Alienante do Controle, da parcela dos Imóveis que lhe cabe. Ademais, ainda nos termos da cláusula 6.1.1 do Contrato de Compra e Venda, o Alienante do Controle figurará como responsável por qualquer indenização atinente aos Imóveis perante o respectivo comprador, incluindo por questões de natureza ambiental, no limite do percentual de participação societária do Alienante do Controle no capital social da Companhia na Data de Fechamento (de 96,5% (noventa e seis vírgula cinco por cento)), sendo certo, ainda, que o Alienante do Controle manterá a Companhia e a Ofertante indenados em relação a qualquer indenização atinente aos Imóveis perante o respectivo comprador. Fica esclarecido que (i) mesmo que os pagamentos do Earn Out Não Operacional 1 sejam realizados mediante dação em pagamento, eventuais Pagamentos Adicionais aos Minoritários decorrentes de tal Earn Out Não Operacional 1 deverão ser realizados em dinheiro aos Acionistas aplicáveis aderentes à Opção I (conforme definida no item 3.1 abaixo), conforme os critérios de avaliação econômica do Earn Out previstos na cláusula 6.1.1.2 do Contrato de Compra e Venda; e (ii) pagamentos do Earn

Out Não Operacional 1 somente serão devidos e pagos aos Acionistas que eventualmente venham a aderir à Opção I se, após e na medida em que os valores pagos pela Ofertante para o Alienante do Controle a título de Preço de Fechamento, multiplicados por 80% (oitenta por cento), ultrapassarem o valor da Parcela Inicial do Preço Opção I.

1.4.2. Earn-Out Ação Judicial Crédito Prêmio de IPI. Foi previsto na cláusula 6.1.2 do Contrato de Compra e Venda que o Alienante do Controle terá direito de receber isoladamente todo e qualquer resultado positivo decorrente de uma ação judicial de crédito prêmio de IPI do qual a Companhia é parte (processo judicial nº 0014372-18.1993.4.01.3400 (93.0014467-7), em trâmite na 7ª. Vara Federal da 1ª Região) ("Earn Out Não Operacional 2") como complemento à Parcela à Vista, descontados eventuais tributos, despesas e encargos aplicáveis em razão do efetivo recebimento de tais valores pela Companhia, multiplicado pelo percentual de participação societária detida pelo Alienante do Controle na Companhia na Data de Fechamento (de 96,5% (noventa e seis vírgula cinco por cento)). Não obstante o acima, se os créditos decorrentes de tal ação puderem ser entregues para o Alienante do Controle na proporção de 96,5% (noventa e seis vírgula cinco por cento), permanecendo a Companhia com os 3,5% (três vírgula cinco por cento) remanescentes, o pagamento do Earn Out Não Operacional 2 poderá ser realizado mediante dação em pagamento ou mediante a cessão direta, para o Alienante do Controle, dos créditos decorrentes de tal ação judicial. Fica esclarecido que (i) mesmo que os pagamentos do Earn Out Não Operacional 2 sejam realizados mediante dação em pagamento ou cessão direta de créditos, conforme aplicável, eventuais Pagamentos Adicionais aos Minoritários decorrentes de tal Earn Out Não Operacional deverão ser realizados em dinheiro aos Acionistas aplicáveis aderentes à Opção I, conforme os critérios de avaliação econômica do Earn Out previstos na cláusula 6.1.2 do Contrato de Compra e Venda; e (ii) pagamentos do Earn Out Não Operacional 2 somente serão devidos e pagos aos Acionistas que eventualmente venham a aderir à Opção I se, após e na medida em que os valores pagos pela Ofertante para o Alienante do Controle a título de Preço de Fechamento, multiplicados por 80% (oitenta por cento), ultrapassarem o valor da Parcela Inicial do Preço Opção I.

1.4.3. Earn-Out - Unidade de Camaçari. Ficou acordado na cláusula 6.1.3 do Contrato de Compra e Venda que a exploração comercial e/ou performance financeira acumulada, que pode incluir uma possível venda e/ou arrendamento, após a Data de Fechamento, das unidades de negócios desenvolvidas nas filiais da Companhia localizadas na (i) Rua João Úrsula, 1.261, Polo Petroquímico do NE, Camaçari, Bahia (CNPJ/MF nº 13.788.120/0004-90); e (ii) Rua Hidrogênio, 3076-A, Polo Petroquímico do NE, Camaçari, Bahia (CNPJ/MF nº 13.788.120/0010-38), bem como a participação societária detida pela Companhia na Cetrel S.A. (CNPJ/MF nº 00.336.701/0001-04) (conjuntamente, "Unidade Camaçari"), configurariam

um complemento da Parcela à Vista. Os valores (após determinados cálculos dispostos na cláusula 6.1.3.1 do Contrato de Compra e Venda) que venham a ser recebidos pela Companhia em razão da referida exploração comercial e/ou performance financeira acumulada da Unidade Camaçari, que pode incluir uma possível venda e/ou arrendamento, multiplicados pelo percentual de participação societária detida pelo Alienante do Controle na Companhia na Data de Fechamento (96,5% (noventa e seis vírgula cinco por cento)), deverão ser pagos ao Alienante do Controle após o desconto de eventuais (i) tributos, contingências, despesas e de encargos incidentes sobre as vendas, arrendamento, performance financeira acumulada e/ou exploração comercial e (ii) custos e despesas incorridos no processo de venda, arrendamento, performance financeira acumulada e/ou exploração comercial. Fica esclarecido que pagamentos oriundos da exploração comercial e/ou performance financeira acumulada da Unidade Camaçari somente serão devidos e pagos aos Acionistas que eventualmente venham a aderir à Opção I se, após e na medida em que os valores pagos pela Ofertante para o Alienante do Controle a título de Preço de Fechamento, multiplicados por 80% (oitenta por cento), ultrapassarem o valor da Parcela Inicial do Preço Opção I.

1.4.4. Earn-Out Operacional (Taxa Interna de Retorno - TIR). Ainda, foi estabelecido na cláusula 6.1.4 do Contrato de Compra e Venda que o Alienante do Controle terá direito de receber um complemento da Parcela à Vista na hipótese de a Ofertante obter uma taxa interna de retorno de 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao investimento realizado na compra das Ações de Controle e combinado com os investimentos realizados posteriormente pela Ofertante na Companhia, incluindo futuros aumentos de capital, bem como o valor que venha a ser ofertado pela Ofertante nesta Oferta, calculado sempre em dólares estadunidenses ("TIR Mínima"). Tal complemento será de 20% (vinte por cento) sobre o valor que exceder a TIR Mínima. A apuração da TIR Mínima será verificada pelas partes do Contrato de Compra e Venda no dia útil seguinte à data de ocorrência do resgate de cotas da Ofertante ou outro evento de liquidez assemelhado das cotas da Ofertante que causar a superação da TIR Mínima seguindo uma métrica de "marca d'água" pactuada entre as partes do Contrato de Compra e Venda. Fica esclarecido que pagamentos oriundos da TIR Mínima somente serão devidos e pagos aos Acionistas que eventualmente venham a aderir à Opção I se, após e na medida em que os valores pagos pela Ofertante para o Alienante do Controle a título de Preço de Fechamento, multiplicados por 80% (oitenta por cento), ultrapassarem o valor da Parcela Inicial do Preço Opção I.

1.4.5. O valor de todos os Earn Outs é corrigido pela variação média diária da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil, publicada pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Taxa SELIC") contados a partir do momento em que o pagamento ao Alienante do Controle for devido

até a data do efetivo pagamento, conforme disposto no Contrato de Compra e Venda.

1.4.6. Os eventuais pagamentos advindos dos Earn Outs estão garantidos pela Ofertante ao Alienante do Controle por meio de alienação fiduciária de ações de emissão da própria Companhia.

1.4.7. A Ofertante ressalta que os Earn Outs estão relacionados e dependem de eventos e fatos futuros e incertos, e que (x) não há qualquer garantia de que todos ou qualquer dos Earn Outs, e, portanto, quaisquer Pagamentos Adicionais aos Minoritários, se materializem, sendo certo que, mesmo que um ou mais Earn Outs sejam materializados, não há previsão, garantia ou limite temporal ou de valor para tanto, e (y) quaisquer pagamentos Adicionais aos Minoritários eventualmente devidos serão previamente descontados de possíveis (y.1) indenizações relativas ao Earn-Out Não Operacional 1 e (y.2) compensações, pela Ofertante, de qualquer prejuízo indenizável pelo Alienante do Controle nos termos do Contrato de Compra e Venda contra qualquer valor devido ao Alienante do Controle, incluindo, sem limitação, os próprios pagamentos relacionados a Earn Outs.

1.4.8. Apuração e Pagamentos de Earn Outs. Até a data de publicação deste Edital, a Ofertante pagou para o Alienante do Controle, a título de Earn Outs (já considerando os ajustes, deduções e compensações previstos no Contrato de Compra e Venda e descritos nos itens 1.4 a 1.4.7 acima), o valor total de R\$175.149,69 (cento e setenta e cinco mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta e nove centavos), correspondente a R\$0,00576 (zero vírgula zero zero cinco sete seis centavo) por ação ordinária ou preferencial da Companhia adquirida, tendo tal pagamento ocorrido em 1º de julho de 2019. Tal valor, somado à Parcela à Vista e ao Ajuste Pós-Fechamento, resultou em um pagamento, pelas Ações de Controle, até a data deste Edital, do Preço de Fechamento de R\$45.855.156,55 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a R\$1,50942 (um real e cinco zero nove quatro dois centavos) por ação ordinária ou preferencial da Companhia adquirida. O valor efetivamente pago pela Ofertante para o Alienante do Controle até a data deste Edital a título de Preço de Fechamento é substancialmente inferior aos valores ofertados pela Ofertante aos Acionistas tanto na Opção I quanto na Opção II de Preço da Oferta, conforme descritas no item 3.1 abaixo. **[Nota para a CVM: os valores relativos a apuração e pagamentos de Earn Outs poderão ser ajustados até a data de publicação do Edital caso haja novos pagamentos]**

1.4.9. Para fins de clareza, referido valor pago de Earn Outs decorre dos acertos já efetuados até a data deste Edital entre as partes com relação aos

seguintes cálculos, apurações, ajustes, deduções e compensações:

(i) Earn Out Não Operacional 1: foi apurado o valor líquido de R\$73.775,61 (setenta e três mil, setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos) a título de Earn Out Não Operacional 1, decorrentes da receita obtida com o pagamento da 1ª parcela de venda de um dos Imóveis, subtraída de tributos, contingências, custos, despesas e encargos apurados e já corrigida pela Taxa Selic nos termos do Contrato de Compra e Venda;

(ii) Earn Out Não Operacional 2: foi apurado o valor de despesas e encargos aplicáveis no valor (negativo) de R\$77.062,47 (setenta e sete mil, sessenta e dois reais e quarenta e sete centavos), já corrigido pela Taxa Selic nos termos do Contrato de Compra e Venda, sem que houvesse, até o momento, receita correspondente a tal Earn Out;

(iii) Earn Out Unidade Camaçari: foi apurado o valor líquido de R\$63.470,76 (sessenta e três mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e seis centavos) a título de Earn Out Unidade Camaçari, já corrigido pela Taxa Selic nos termos do Contrato de Compra e Venda;

(iv) Earn Out Operacional (Taxa Interna de Retorno – TIR): até a data deste Edital não foram apurados valores de Earn Out TIR Mínima; e

(v) apurou-se, a título de descontos de indenizações e prejuízos indenizáveis pelo Alienante do Controle à Ofertante e vice-versa nos termos do Contrato de Compra e Venda, o valor total (positivo em favor do Alienante do Controle) de R\$114.965,78 (cento e catorze mil, novecentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos), que, junto às adições e deduções dos valores de Earn Out descritos acima, totaliza o valor pago ao Alienante do Controle pela Ofertante descrito no item 1.4.8 acima.

1.5. Finalidades da Oferta. A Oferta tem por finalidade: (i) cumprir a obrigação da Ofertante de realizar uma oferta pública para adquirir até 100% (cem por cento) das Ações Objeto da Oferta (conforme definido no item 2.1 abaixo), em razão do fechamento da Operação; e (ii) o Cancelamento de Registro. Os termos e condições desta Oferta, incluindo a unificação dos procedimentos previstos nos itens "i" e "ii" acima, bem como a adoção do procedimento diferenciado detalhado no item 1.7 abaixo, foram devidamente aprovados pelo Colegiado da CVM, na Decisão do Colegiado da CVM e em decisão emitida em [●], nos termos do §2º do artigo 34 da Instrução CVM 361. A B3, em [●], também autorizou a realização do Leilão para a Oferta em seu sistema de negociação.

1.6. Razões para Unificação da OPA. A unificação, por meio desta Oferta, das ofertas públicas de aquisição (i) em virtude da alienação de controle da Companhia, e (ii) para Cancelamento de Registro, alinha os interesses da Companhia com os de seus acionistas minoritários. Primeiro porque, tendo em

vista que todas as modalidades de ofertas públicas possuem como destinatário o mesmo público alvo, sua não unificação implicaria custos adicionais e desnecessários à Companhia e à Ofertante como, por exemplo, com a realização de procedimentos específicos para cada uma das modalidades, com a publicação de editais distintos e a realização de mais de um leilão, além de custos com a contratação de instituições intermediárias, assessores jurídicos e avaliadores. Ainda, a realização de procedimentos distintos para o mesmo público alvo poderia confundir e dificultar o posicionamento dos Acionistas diante da adesão ou não a cada uma das ofertas públicas. Especificamente quanto ao Cancelamento de Registro, a Ofertante entende que tal medida atende ao interesse da Companhia, uma vez que a Companhia, que já tem baixíssima liquidez, não pretende mais acessar o mercado de capitais para financiar suas atividades e a manutenção do registro de emissor de valores mobiliários implica uma série de custos, de ordens diversas, que poderão ser assim alocados na consecução dos objetivos sociais da Companhia.

1.7. Procedimento Diferenciado. O Colegiado da CVM aprovou, na Decisão do Colegiado da CVM, a adoção de procedimento diferenciado na Oferta, conforme consulta feita à CVM pela Ofertante, tal qual divulgado pela Companhia em fato relevante de 19 de junho de 2019. Tal procedimento diferenciado se refere à forma de cômputo do quórum necessário para o Cancelamento de Registro, que deve considerar não apenas as ações alienadas pelos Acionistas no âmbito da Oferta ou detidas por Acionistas que expressamente concordem com o Cancelamento de Registro, como também aquelas detidas por Acionistas que venham a exercer o direito de recesso em razão de deliberação da assembleia geral extraordinária da Companhia convocada para realização em [●], a fim de ratificar a aquisição, pela Companhia, de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Nexoleum Bioderivados Ltda. (“Nexoleum”) (“AGE”). De tal sorte, os Acionistas que eventualmente venham a exercer direito de recesso e receber o correspondente valor de reembolso relativo à AGE até a Data da Liquidação serão considerados como concordantes com o Cancelamento de Registro para fins do quórum aplicável da Instrução CVM 361, independentemente de se habilitarem ou participarem do Leilão, ou de outra forma preencherem ou entregarem qualquer Formulário de Autorização, Formulário de Manifestação de Concordância ou Termo de Declaração (conforme definidos abaixo).

1.8. Registro de Emissor de Valores Mobiliários. O registro da Companhia como emissora de valores mobiliários categoria A foi concedido pela CVM em 17 de agosto de 1971, sob nº 4359.

1.9. Base Regulamentar e Estatutária. A Oferta observará o disposto (i) no artigo 21, § 6º, da Lei do Mercado de Capitais; (ii) nas regras da Instrução CVM 361; (iii) nos artigos 4º, §4º e 254-A da Lei das Sociedades por Ações; (iv) na Decisão do Colegiado da CVM; e (v) no artigo 3.6(e) do estatuto social da Companhia.

1.10. Escolha do Avaliador. A Ofertante escolheu o Banco ABC Brasil S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim,

803, 2º andar, CEP 01453-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 28.195.667/0001-06, ("Avaliador" ou "Banco ABC"), como empresa responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação (conforme definido no item 7.1 abaixo).

2. Oferta

2.1 Ações Objeto da Oferta. A Ofertante, representada no Leilão (conforme definido no item 5.1 abaixo) pela Instituição Intermediária, concorda em adquirir até (i) 100% (cem por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, que representam 256.388 (duzentos e cinquenta e seis mil, trezentas e oitenta e oito) ações ordinárias, equivalentes a aproximadamente 1,8% (um vírgula oito por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia, excluídas as ações ordinárias de titularidade do acionista controlador e pessoas a ele vinculadas, as de titularidade dos membros da administração da Companhia e as mantidas em tesouraria ("Ações Ordinárias em Circulação"); e (ii) 100% (cem por cento) das ações preferenciais de emissão da Companhia em circulação, que representam 849.660 (oitocentos e quarenta e nove mil, seiscentas e sessenta) ações preferenciais, equivalentes a aproximadamente 5% (cinco por cento) das ações preferenciais de emissão da Companhia, excluídas as ações preferenciais de titularidade do acionista controlador e pessoas a ele vinculadas, as de titularidade dos membros da administração da Companhia e as mantidas em tesouraria ("Ações Preferenciais em Circulação" e, em conjunto com as Ações Ordinárias em Circulação, as "Ações em Circulação"). Dessa forma, as ações objeto da Oferta totalizam 1,8% (um vírgula oito por cento) das ações ordinárias e 5% (cinco por cento) das ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalente a aproximadamente 3,5% (três vírgula cinco por cento) do capital social total da Companhia ("Ações Objeto da Oferta"). Nos termos do artigo 3.6(e) do estatuto da Companhia, para fins da oferta pública de aquisição em virtude da alienação de controle da Companhia, foram também incluídas as ações preferenciais emitidas pela Companhia, nas mesmas condições ofertadas às ações ordinárias.

2.2. Divulgação de Alterações nas Ações em Circulação e Ações Objeto da Oferta. Em caso de alteração no número de Ações em Circulação e de Ações Objeto da Oferta resultante de aquisições de ações de emissão da Companhia pela Ofertante e/ou por suas pessoas vinculadas, a Ofertante fará com que a Companhia divulgue um fato relevante, pelo menos 2 (dois) dias úteis antes da data do Leilão, informando ao mercado o número final de Ações em Circulação e Ações Objeto da Oferta. Observado o disposto nos artigos 15-B e 26 da Instrução CVM 361, a Ofertante e suas partes vinculadas reservam-se ao direito de realizar negociações com ações de emissão da Companhia, não podendo o Preço da Oferta ser inferior ao maior preço por ação pago pela Ofertante e/ou pessoas vinculadas a ela em negócios realizados durante o período da Oferta.

2.3 Carteiras Mantidas pela Central Depositária. O Acionista Habilitado (conforme definido no item 4.2.2 abaixo) que desejar alienar suas Ações Objeto da Oferta

deverá, por meio de seu agente de custódia na Central Depositária da B3 ("Central Depositária"), até as [•] horas (horário de Brasília) da Data do Leilão (conforme definido no item 5.1 abaixo), transferir as Ações Objeto da Oferta de sua titularidade para uma das carteiras mantidas pela Central Depositária exclusivamente para este fim, conforme a seguir:

- (i) no caso de Acionistas Habilitados titulares de Ações em Circulação que elegerem o Preço Opção I (conforme definido no item 3.1(i) abaixo), as Ações em Circulação deverão ser transferidas para a carteira [•]; e
- (ii) no caso de Acionistas Habilitados titulares de Ações em Circulação que elegerem o Preço Opção II (conforme definido no item 3.1(ii) abaixo), as Ações em Circulação deverão ser transferidas para a carteira [•].

2.4. Ações Livres de Restrições. Como condição para participar da Oferta, as Ações Objeto da Oferta devem encontrar-se livres e desembaraçadas de qualquer direito real de garantia, ônus, encargo, usufruto ou qualquer outra forma que afete a capacidade da Ofertante de (i) exercer plena e imediatamente todos os direitos patrimoniais, de voto ou de qualquer outra natureza decorrentes da titularidade das Ações Objeto da Oferta, ou (ii) atender às regras para negociação de ações constantes do regulamento de operações do Segmento Básico da B3.

2.5. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. Caso a Companhia venha a declarar a qualquer momento dividendos ou juros sobre o capital próprio, farão jus ao pagamento dos dividendos ou dos juros sobre o capital próprio declarados aqueles que estiverem inscritos como proprietários ou usufrutuários das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia na data informada no ato societário que deliberar sobre a declaração dos dividendos ou dos juros sobre o capital próprio.

2.6. Validade. Ressalvado o disposto no item 6.3 abaixo, esta Oferta é válida pelo prazo de [•] dias, tendo início em [•], data de publicação deste Edital, e encerrando-se na Data do Leilão.

2.7. Mudança ou Revogação da Oferta. Observado o disposto no inciso IX do artigo 4º da Instrução CVM 361, a Oferta é imutável e irrevogável a partir da data de publicação deste Edital, exceto, nos termos do artigo 5º da Instrução CVM 361, (i) independentemente de autorização da CVM, quando se tratar de modificação por melhoria da Oferta em favor dos Acionistas, ou por renúncia, pela Ofertante, a condição por ela estabelecida para a efetivação da Oferta; (ii) mediante prévia e expressa autorização da CVM (a) se houver alteração substancial, posterior e imprevisível, nas circunstâncias de fato existentes nesta data que acarrete um aumento relevante dos riscos assumidos pela Ofertante inerentes à Oferta e (b) se a Ofertante comprovar que os atos e negócios jurídicos que tenham determinado a realização da Oferta ficarão sem efeito se deferida a revogação da Oferta. A prorrogação, revogação ou qualquer outra modificação da Oferta exigirá publicação de aditamento ao Edital, com destaque para a revogação ou para as modificações efetuadas. Em tal caso, se aplicável, no aditamento deverão também constar o

prazo remanescente do Edital e a indicação da nova data para realização do Leilão, a qual deverá observar os seguintes prazos: prazo mínimo de 10 (dez) dias, nos casos de aumento do Preço da Oferta (conforme definido no item 3.1 abaixo) ou renúncia a condição para efetivação da Oferta, ou 20 (vinte) dias, nos demais casos, contados da publicação do aditamento; e prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do aditamento ou 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação do Edital, o que for maior. A autorização para modificação ou revogação da Oferta se presumirá deferida se não houver manifestação da CVM no prazo de 10 (dez) dias contado do protocolo do pedido de modificação ou revogação da Oferta.

3. Preço da Oferta

3.1. Preço. Os Acionistas que aderirem à Oferta terão duas opções de venda de suas Ações Objeto da Oferta, alternativas, excludentes e sem comunicação entre si, observados, ainda, os ajustes previstos nesta Seção 3, e sujeitas a quaisquer tributos que sejam aplicáveis ("Preço da Oferta"):

- (i) Opção I – Preço Parcelado: O Acionista que escolher a "Opção I" receberá os valores consistentes com os pagamentos feitos ao Alienante do Controle, i.e., (a) uma parcela inicial de (1) R\$5,83 (cinco reais e oitenta e três centavos) por ação, correspondente ao valor mínimo da faixa de "valor justo" indicado no Laudo de Avaliação elaborado pelo Avaliador, atendendo, simultaneamente, aos requisitos previstos nos artigos 4º e 254-A da Lei das Sociedades por Ações (valor esse que, inclusive, é substancialmente superior ao montante do Preço de Fechamento pago ao Alienante do Controle até esta data), (2) deduzido dos dividendos e juros sobre o capital próprio, por ação, declarados pela Companhia desde a Data de Fechamento da Alienação de Controle até a Data do Leilão, e (3) corrigido pela variação da Taxa SELIC também desde a Data de Fechamento da Alienação de Controle até a Data da Liquidação, a ser paga em dinheiro pela Ofertante, no ambiente da B3, na Data da Liquidação ("Parcela Inicial"); e (b) se, após e na medida em que os valores pagos pela Ofertante para o Alienante do Controle a título de Preço de Fechamento, multiplicados por 80% (oitenta por cento), ultrapassarem o valor da Parcela Inicial, pagamentos adicionais, a serem realizados fora do ambiente da B3, quando houver pagamentos de Earn Outs ao Alienante do Controle, em valor equivalente a 80% (oitenta por cento) de tal montante excedente de tais pagamentos, observado, contudo, que tais pagamentos futuros são de materialização, montante e prazos incertos e não garantidos ("Pagamento(s) Adicional(is) aos Minoritários" e, em conjunto com a Parcela Inicial, "Preço Opção I"). Apenas para fins de referência, o valor da Parcela Inicial atualizado (conforme itens (a)(2) e (3)) até a data de publicação deste Edital é de R\$ [●] por ação, sendo certo que tal valor será ajustado e atualizado até a Data do Leilão/Data da Liquidação do Leilão, conforme indicado acima.

A Ofertante ressalta que os Earn Outs estão relacionados e dependem de eventos e fatos futuros e incertos, e que (x) não há qualquer garantia de que todos ou qualquer dos Earn Outs, e, portanto, quaisquer Pagamentos Adicionais aos Minoritários, se materializem, sendo certo que, mesmo que um ou mais Earn Outs sejam materializados, não há previsão, garantia ou limite temporal ou de valor para tanto, e (y) quaisquer pagamentos Adicionais aos Minoritários eventualmente devidos serão previamente descontados de possíveis (y.1) indenizações relativas ao Earn-Out Não Operacional 1 e (y.2) compensações, pela Ofertante, de qualquer prejuízo indenizável pelo Alienante do Controle nos termos do Contrato de Compra e Venda contra qualquer valor devido ao Alienante do Controle, incluindo, sem limitação, os próprios pagamentos relacionados a Earn Outs.

(ii) Opção II – Preço à Vista: Como alternativa às incertezas de materialização, tempo e valor relacionadas ao Preço Opção I, a Ofertante oferece aos Acionistas a "Opção II". O valor a ser pago na Opção II será (a) o mesmo preço base do recesso a ser outorgado aos acionistas eventualmente dissidentes na AGE da Companhia que deliberará a ratificação referente à aquisição de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Nexoleum, correspondente a R\$14,45 (catorze reais e quarenta e cinco centavos) por ação, com base no valor de patrimônio líquido por ação constante do balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2015, (b) deduzido dos dividendos e juros sobre o capital próprio, por ação, declarados pela Companhia desde 1º de janeiro de 2016 até a Data do Leilão, e (c) corrigido pela variação da Taxa SELIC também desde 1º de janeiro de 2016 até a Data da Liquidação, a ser paga em dinheiro pela Ofertante, no ambiente da B3, na Data da Liquidação, em uma única parcela ("Preço Opção II"), não estando sujeita a qualquer dedução ou retenção adicional. Apenas para fins de referência, o valor do Preço Opção II atualizado (conforme itens (b) e (c)) até a data de publicação deste Edital é de R\$ [•] por ação, sendo certo que tal valor será ajustado e atualizado até a Data do Leilão/Data da Liquidação do Leilão, conforme indicado acima. **O Acionista que optar pela Opção II fará jus a um recebimento superior ao valor à vista ofertado no âmbito da Parcela Inicial do Preço Opção I, e compreende um prêmio em relação ao preço justo das Ações Objeto da Oferta indicado no Laudo de Avaliação, renunciando, contudo, o Acionista que optar pela Opção II, irrevogável e automaticamente, (1) a pagamentos futuros a título de Earn Outs, e (2) ao direito de receber 80% (oitenta por cento) do Preço de Fechamento, na medida em que tal Acionista não terá direito a qualquer Pagamento Adicional aos Minoritários, em decorrência de**

eventuais pagamentos derivados dos Earn Outs.

3.1.1. Para fins de clareza, os Acionistas que eventualmente vierem a optar por uma das opções de recebimento do preço descritas acima (ou seja, pela Opção I ou pela Opção II), estarão irrevogável e automaticamente renunciando à possibilidade de receber os valores pagos conforme a opção não escolhida por tais Acionistas e a qualquer acréscimo de preço não compreendido na descrição do preço que tenha sido escolhido por tais Acionistas, ainda que o preço efetiva e finalmente pago a quem optou pela outra opção venha a se mostrar superior ao preço da opção escolhida pelos Acionistas. Nesse sentido, caso um Acionista opte por uma opção e a outra opção, ao final, venha a ter valor superior ao da escolhida, tal Acionista não fará jus a qualquer complemento de preço.

3.1.2. Observado o disposto no item 3.3 abaixo, a Parcela Inicial da Opção I e o Preço Opção II serão operacionalizados para registro de ofertas e efetivação dos negócios com duas casas decimais.

3.1.3. O preço do negócio do Leilão para o Acionista que escolher a Opção I corresponderá apenas ao valor da Parcela Inicial da Opção I, com duas casas decimais.

3.1.4. Para fins de esclarecimento, a Companhia não realizou nenhuma subscrição pública ou privada nos últimos 12 (doze) meses, não sendo aplicáveis os requisitos do artigo 19, *caput* e parágrafo único, da Instrução CVM 361.

3.2. Preço Justo. Para fins do disposto no artigo 4º, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, e no artigo 16, I, da Instrução CVM 361, a Ofertante declara que tanto o Preço Opção I quanto o Preço Opção II são "preços justos", pois são iguais ou superiores ao ponto mínimo da faixa de valores constante da avaliação das ações da Companhia a preço justo elaborada pelo Avaliador, de forma independente, conforme respaldado pelo Laudo de Avaliação (conforme definido no item 7.1 abaixo) elaborado para este fim, pelo Avaliador.

3.2.1. Não obstante, a Ofertante reitera que está oferecendo aos Acionistas a Opção I, descrita acima, de receber um preço por ação que espelhe a estrutura de pagamento de preço pela Ofertante ao Alienante do Controle, o qual pode continuar sendo inferior ou vir a ser superior ao Preço Opção II, sem que se possa, no momento, assegurar ou indicar se, quando e em que montante tal possibilidade se materializará.

3.3. Acréscimo de Juros. A Parcela Inicial da Opção I e o Preço Opção II serão acrescidos de juros de acordo com a variação média diária da Taxa SELIC, conforme indicado no item 3.1 acima, calculada *pro rata temporis* até a Data da

Liquidação, conforme última Taxa SELIC que tenha sido disponibilizada até tal data. Os Pagamentos Adicionais aos Minoritários serão acrescidos de juros de acordo com a variação média diária da Taxa SELIC, calculada *pro rata temporis* a contar da data de realização de qualquer pagamento complementar ao Alienante do Controle derivado de Earn Outs que gere direito de Pagamentos Adicionais aos Minoritários até a data de seu pagamento aos Acionistas que escolherem a Opção I. Na hipótese de extinção ou não divulgação da Taxa SELIC por mais de 30 (trinta) dias, será aplicado o índice oficial que vier a substituí-la. Na falta deste índice, será aplicado percentual equivalente à média da Taxa SELIC dos últimos 12 (doze) meses anteriormente divulgada.

3.4. Ajustes por Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. Conforme indicado no item 3.1 acima, quaisquer dividendos ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia e que sejam relativos à posição acionária anterior à Data do Leilão serão deduzidos do Preço da Oferta, ficando as Ações Objeto da Oferta "ex - dividendos" ou "ex - juros sobre o capital próprio" até a Data do Leilão.

3.5. Ajuste por Grupamentos ou Desdobramentos. Na hipótese de o capital social da Companhia ser alterado antes da Data do Leilão em virtude de grupamentos ou desdobramentos de ações, o Preço da Oferta será ajustado para refletir a alteração no número resultante de Ações, e será amplamente divulgado por meio de fato relevante.

3.6. Divulgação de Ajuste de Preço. No caso de ajuste do Preço da Oferta nos termos dos itens 3.4 e 3.5 acima, a Ofertante fará com que a Companhia divulgue fato relevante, informando o novo Preço da Oferta ao mercado.

3.7. Arredondamento. Na hipótese de o Preço da Oferta, após os ajustes previstos neste Edital, resultar em valor com mais de duas casas decimais, tal valor será truncado na segunda casa decimal, sem a realização de qualquer arredondamento.

3.8. Variação de Preço. Serão adotados no Leilão procedimentos que assegurem à Ofertante, durante o Leilão, o direito de elevar (i) apenas o Preço Opção I; (ii) apenas o Preço Opção II; ou (iii) o Preço Opção I e o Preço Opção II, simultaneamente, estendendo-se o preço novo, conforme o caso, a todos os Acionistas que tiverem aceitado os lances anteriores, nos termos do inciso I, §2º, do artigo 12, da Instrução CVM 361, podendo estes alterarem sua decisão quanto ao preço até então escolhido. Ainda, para fins de esclarecimento, caso o Preço Opção I seja elevado, a diferença entre o novo preço e o anterior será integralmente incorporada à Parcela Inicial da Opção I.

3.9. Informação à B3. A Ofertante informará ao Diretor de Operações da B3, com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência da Data do Leilão, por meio de comunicado escrito, a estimativa (tendo em vista a aplicação da Taxa SELIC,

conforme item 3.3 acima) dos valores da Parcela Inicial da Opção I e do Preço Opção II com duas casas decimais atualizado até a Data do Leilão.

4. Procedimentos da Oferta

4.1. Habilitação. Os Acionistas que desejarem participar do Leilão deverão habilitar-se para tanto, a partir da data de publicação deste Edital até as **10 horas (horário de Brasília) do dia útil anterior à Data do Leilão** ("Prazo de Habilitação"). Para tanto, os Acionistas deverão credenciar qualquer sociedade corretora autorizada a operar no Segmento Básico da B3 de sua livre escolha ("Corretora") para representá-los no Leilão. Depois de credenciar uma Corretora para representá-lo no Leilão, o Acionista deve habilitar-se para participar do Leilão. A fim de tornar-se habilitado, o Acionista deverá entregar todos os documentos descritos no item 4.2 abaixo e quaisquer outros documentos solicitados pela sua Corretora.

4.1.1. Após a habilitação no Leilão, o Acionista deve solicitar que sua Corretora credenciada venda as Ações Objeto da Oferta do Acionista por sua conta e ordem no Leilão, indicando a escolha da Opção I ou da Opção II.

4.1.2. Os Acionistas titulares de Ações em Circulação que desejarem expressamente concordar com o Cancelamento de Registro, mas não desejarem vender suas Ações em Circulação, assim como os Acionistas titulares de Ações em Circulação que desejem manifestar sua discordância com o Cancelamento de Registro, também são obrigados a habilitar-se para participar do Leilão, para fins do artigo 16, II da Instrução CVM 361, seguindo os procedimentos descritos nos itens 4.2, 4.7.1 e 4.7.2 abaixo, exceto na hipótese prevista nos itens 1.7 acima e 4.7.3 abaixo.

4.2. Documentos Necessários à Habilitação. Para habilitar-se e participar do Leilão, os Acionistas deverão ter iniciado relacionamento com a Corretora de sua escolha, nos termos do item 4.2.3 abaixo. Caso o Acionista ainda não tenha realizado tal procedimento, deverá iniciar o relacionamento com a Corretora de sua escolha antes do prazo previsto no item 4.1 acima, pessoalmente ou por meio de um procurador devidamente nomeado. Para habilitação, o Acionista entregará à Corretora que escolher para representá-lo cópia autenticada dos seguintes documentos, ressalvado que, para fins cadastrais, poderão ser solicitados informações ou documentos adicionais pelas suas Corretoras:

- (a) Pessoa Natural: cópia autenticada do comprovante de inscrição no CPF/MF, da Cédula de Identidade e de comprovante de residência. Representantes de menores, interditos e Acionistas que se fizerem representar por procurador deverão apresentar documentação outorgando poderes de representação e cópias autenticadas do CPF/MF e do documento de identidade dos representantes. Os

representantes de menores e interditos deverão apresentar, ainda, a respectiva autorização judicial para participar e vender as ações no Leilão.

Os Acionistas que ocuparem cargos no Conselho de Administração e/ou na Diretoria da Companhia ou forem pessoas vinculadas à Ofertante (conforme artigo 3º, parágrafo 3ª, da Instrução CVM 361) deverão indicar expressamente à Instituição Intermediária que não são titulares de Ações em Circulação, e, portanto, não deverão ser considerados no cômputo de "Acionistas Vendedores" ou "Acionistas Concordantes Não-Vendedores", para fins do previsto nos itens 4.7.1 e 4.7.2 abaixo. Nesse caso, a Instituição Intermediária será responsável por informar às Corretoras os Acionistas que ocupem cargos no Conselho de Administração e/ou na Diretoria da Companhia ou forem pessoas vinculadas à Ofertante e que, portanto, não sejam titulares de Ações em Circulação, de modo a não serem considerados no cômputo de "Acionistas Vendedores" ou "Acionistas Concordantes Não-Vendedores", para fins do previsto nos itens 4.7.1 e 4.7.2 abaixo.

- (b) Pessoa Jurídica: cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado, do comprovante de inscrição no CNPJ/MF, documentação societária outorgando poderes de representação e cópias autenticadas do CPF/MF, da Cédula de Identidade e do comprovante de residência de seus representantes. Investidores residentes no exterior podem ser obrigados a apresentar para as suas respectivas Corretoras outros documentos de representação.

- (c) Investidor Estrangeiro titular de investimentos efetuados ao amparo da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN nº 4.373/2014"): o investidor estrangeiro não residente no Brasil que investiu nas Ações Objeto da Oferta por meio do mecanismo estabelecido pela Resolução CMN nº 4.373/2014 deverá, além dos documentos descritos nos itens (a) e (b) deste item 4.2, conforme o caso, e de outros documentos que sejam eventualmente solicitados pela Corretora com a qual tenha se habilitado, fornecer à Corretora escolhida, até o Prazo de Habilitação, documento atestando o seu número de registro perante a CVM e perante o Banco Central do Brasil (neste último caso, o chamado número de RDE-Portfólio), a ser obtido por meio de seu sistema eletrônico, bem como seu extrato de custódia legal atestando o número de Ações Objeto da Oferta de que é titular e que irá oferecer no Leilão. Caso tal investidor seja uma pessoa física estrangeira, deverá apresentar, além dos documentos aqui indicados, uma cópia autenticada de seu número de inscrição no CPF/MF. Recomenda-se ao Investidor Estrangeiro que contate a Corretora escolhida com

suficiente antecedência e no mais tardar até 5 (cinco) dias úteis antes do encerramento do Prazo de Habilitação.

- (d) Investidor Estrangeiro titular de investimentos efetuados ao amparo da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131/62"): o investidor estrangeiro que investiu nas Ações Objeto da Oferta por meio do mecanismo estabelecido na Lei 4.131/62 deverá, além dos documentos descritos nos itens (a) e (b) deste item 4.2, conforme o caso, e de outros documentos que sejam eventualmente solicitados pela Corretora com a qual tenha se habilitado, fornecer a tal Corretora, até o Prazo de Habilitação: (i) declaração contendo o número de Ações que pretende alienar no Leilão; (ii) autorização para a Companhia registrar a transferência de Ações alienadas à Ofertante no sistema RDE-IED (Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Estrangeiro Direto) do Banco Central do Brasil, após a Data da Liquidação, incluindo-se, em tal autorização, a informação quanto aos dados e informações necessários para a realização de tal registro; (iii) procuração conferindo poderes para a Instituição Intermediária assinar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à realização das operações cambiais; e (iv) o número do Investimento Estrangeiro Direto ("IED") do Banco Central do Brasil e comprovante do investimento na Companhia através da tela do IED do Banco Central do Brasil. Acionistas residentes no exterior podem ser obrigados a apresentar outros documentos solicitados pela Corretora. Recomenda-se ao investidor estrangeiro que contate a Corretora escolhida com suficiente antecedência e no mais tardar até 5 (cinco) dias úteis antes do encerramento do Prazo de Habilitação.
- (e) Universalidade de Bens (tais como espólios e fundos de investimento): endereço do representante, telefone de contato, e-mail e cópia autenticada da documentação comprobatória dos poderes para que o respectivo representante se manifeste para efeitos da Oferta. Os representantes de espólios deverão apresentar, ainda, a respectiva autorização judicial para participar e vender as Ações no Leilão, bem como cópias autenticadas do comprovante de inscrição no CPF/MF e da Cédula de Identidade.

4.2.1. Declarações dos Acionistas. Cada Acionista que se habilitar a participar da Oferta, nos termos dos procedimentos previstos neste Edital, ao fazê-lo estará declarando e garantindo à Ofertante que (i) é proprietário(a) beneficiário(a) das Ações Objeto da Oferta a serem por ele(a) vendidas na Oferta; (ii) lhe é permitido participar da Oferta; e (iii) as Ações Objeto da Oferta a serem por ele vendidas na Oferta encontram-se livres e desembaraçadas de qualquer direito real de garantia, ônus, encargo, usufruto ou qualquer outra forma que afete a capacidade da Ofertante de exercer direitos a estas relativos ou delas dispor livremente.

4.2.2. Acionista Habilitado. O Acionista que se habilitar a participar do Leilão, nos termos desta Seção 4, será doravante denominado "Acionista Habilitado".

4.2.3. Abertura de Conta em Corretora. Para participar do Leilão, cada Acionista que desejar se habilitar para o Leilão deverá ter conta previamente aberta em Corretora autorizada a operar no Segmento Básico da B3 de sua livre escolha. Caso ainda não possua conta aberta em uma Corretora autorizada a operar no Segmento Básico da B3, e desejar participar do Leilão, o Acionista deverá providenciar sua abertura o mais breve possível e atender ao procedimento específico de cada Corretora.

4.2.4. Formulário de Autorização e Termo de Declaração. Os Acionistas que pretendam aceitar a Opção I ou Opção II, conforme o caso, deverão preencher (i) termo de declaração relativo ao Preço Opção I ou Preço Opção II, conforme o caso, para participação em leilão, no qual declaram, para todos os fins e efeitos legais, que concordam com todos os termos do Preço Opção I ou Preço Opção II, conforme o caso, e conhecem e vinculam-se a todos os seus termos e condições ("Termos de Declaração"); e (ii) formulário que autorize (a) a sua Corretora e a B3 a transmitir à Ofertante e à Instituição Intermediária informações relativas à sua identidade e quantidade de ações alienadas no Leilão, incluindo as informações constantes dos Termos de Declaração, e (b) a Ofertante e a Instituição Intermediária a transmitir tais informações ao Agente Depositário e a quaisquer de suas respectivas afiliadas ("Formulário de Autorização"). Os Acionistas deverão encaminhar o Formulário de Autorização devidamente preenchido e com firma reconhecida à Corretora até o Prazo de Habilitação. A Corretora deverá encaminhar os Formulários de Autorização relativos aos Acionistas por ela representados à B3 até as **10** horas (horário de Brasília) da Data do Leilão. O não recebimento do Formulário de Autorização pela B3 no prazo acima assinalado levará ao cancelamento da habilitação do Acionista para o Leilão e das ordens de venda por ele realizadas, caso aplicável.

4.3. Ações Mantidas em Custódia pelo Custodiante. Os Acionistas cujas Ações Objeto da Oferta encontram-se custodiadas na Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira depositária das Ações Objeto da Oferta ("Custodiante"), deverão habilitar-se para o Leilão credenciando a sua Corretora, nos termos do item 2.3 acima, até o Prazo de Habilitação, a fim de viabilizar a transferência de suas Ações Objeto da Oferta para a custódia da Central Depositária. O Acionista Habilitado que desejar vender suas Ações Objeto da Oferta na Oferta deverá, por meio de seu agente de custódia na Central Depositária, transferir as Ações Objeto da Oferta de sua titularidade para a carteira correspondente indicada no item acima, mantida pela Central Depositária exclusivamente para este fim.

4.3.1. As ordens de venda registradas e que não tiverem as correspondentes Ações Objeto da Oferta depositadas na carteira correspondente, nos termos do item 2.2 acima, **até as [.] horas (horário de Brasília)** da Data do Leilão, serão canceladas pela B3 anteriormente ao início do Leilão.

4.4. Responsabilidade por Providências. **Ficará a cargo e sob única e exclusiva responsabilidade dos Acionistas tomar todas as medidas cabíveis para que a transferência das Ações Objeto da Oferta de sua titularidade para a custódia da Central Depositária seja efetuada em tempo hábil para permitir sua habilitação no Leilão, na forma e prazos previstos neste Edital. O Acionista que não entregar tempestivamente todos os documentos solicitados pela Corretora para credenciamento e habilitação no Leilão ou não transferir suas Ações Objeto da Oferta para a custódia da Central Depositária, de acordo com o disposto neste Edital, não estará habilitado a participar no Leilão. Cada Acionista Habilitado que desejar participar da Oferta deverá tomar todas as medidas para que todas as Ações Objeto da Oferta que tal Acionista Habilitado pretenda vender na Oferta sejam devida e tempestivamente depositadas conforme as regras da B3, a fim de permitir a sua habilitação no Leilão e a liquidação do Leilão, conforme previsto neste Edital. Deverão também ser atendidos os procedimentos internos das respectivas Corretoras, custodiantes, representantes de investidores não residentes e da B3, e os Acionistas deverão tomar oportunamente todas as medidas necessárias a fim de habilitar-se e participar no Leilão. Ademais, é de responsabilidade exclusiva dos Acionistas a tomada das medidas necessárias para garantir que suas Ações Objeto da Oferta estejam custodiadas na Central Depositária até as [.] horas (horário de Brasília) do dia útil imediatamente anterior ao Leilão. A Ofertante, a Instituição Intermediária e a B3 não serão responsáveis por quaisquer perdas, demandas, danos ou obrigações decorrentes do não atendimento pelos Acionistas dos requisitos de credenciamento e habilitação estabelecidos neste Edital e, conseqüentemente, da não participação de qualquer Acionista Habilitado no Leilão.**

4.5. Procedimentos Relativos aos Contratos de Empréstimo de Ações – BTC. Os Acionistas com posições doadoras em contratos de "Empréstimo de Ativos" que desejarem se habilitar para participar do Leilão deverão observar os seguintes procedimentos:

- (i) Contratos com Cláusula de Liquidação Antecipada. O doador deverá solicitar a liquidação, via sistema BTC, observado o prazo estabelecido para devolução das Ações Objeto da Oferta pelo tomador, qual seja: até as [.] horas (horário de Brasília) do terceiro dia útil (D+3) da data da solicitação, para solicitações feitas até as [.] horas (horário de Brasília), ou até as [.] horas (horário de Brasília) do quarto dia útil (D+4) da data de solicitação, para

solicitações feitas após as [●] horas (horário de Brasília).

- (ii) Contratos sem Cláusula de Liquidação Antecipada. O doador deverá solicitar a alteração do contrato, via sistema BTCNET, para que o campo "Reversível Doador" seja alterado de "NÃO" para "SIM". A alteração para a liquidação antecipada do contrato de empréstimo está condicionada a aceitação pelo tomador. Em caso de alteração do contrato, deverá ser obedecido o mesmo procedimento estabelecido para os contratos com cláusula de liquidação antecipada.

4.5.1. Nestes casos, o doador deverá receber as Ações Objeto da Oferta em sua conta de custódia em tempo hábil para transferir para a carteira correspondente, conforme indicado no item 2.3 acima deste Edital, e providenciar todas as demais exigências estabelecidas neste Edital para que ocorra a sua habilitação e passe a ser um Acionista Habilitado.

4.5.2. Em caso de falha do tomador na devolução das Ações Objeto da Oferta no prazo estabelecido, serão adotados os procedimentos descritos no Capítulo 4 dos Procedimentos Operacionais da Câmara de Compensação, Liquidação e Gerenciamento de Riscos de Operações no Segmento Básico da B3 e da Central Depositária.

4.6. Aceitação e Retirada da Oferta

4.6.1. A aceitação da Oferta será efetuada pela respectiva Corretora, por conta e ordem do Acionista Habilitado que desejar aceitar a Oferta e que tiver atendido às exigências de habilitação previstas nos itens 4.1 e 4.2 acima e seus subitens, mediante o registro de ordem de venda no Leilão em nome do respectivo Acionista Habilitado.

4.6.2. Qualquer Acionista Habilitado que desejar cancelar sua ordem de venda no Leilão deverá contatar sua Corretora com tempo suficiente para permitir que a Corretora cancele sua ordem de venda, ou diminua o número de Ações Objeto da Oferta incluídas na sua ordem de venda, observado o disposto no item 5.4 abaixo.

4.7. Manifestação sobre o Cancelamento de Registro. A fim de verificar a Condição para Cancelamento de Registro mencionada no item 6.1 abaixo, os Acionistas Habilitados titulares de Ações em Circulação poderão manifestar sua concordância ou discordância com o Cancelamento de Registro, conforme previsto a seguir.

4.7.1. Acionistas Habilitados que sejam Titulares de Ações em Circulação e que Desejarem Vender Suas Ações. Os Acionistas Habilitados que sejam titulares de Ações em Circulação e que venderem suas Ações no Leilão

estarão automaticamente manifestando sua concordância com o Cancelamento de Registro, não havendo necessidade de qualquer procedimento adicional ("Acionistas Vendedores").

4.7.2. Acionistas Habilitados que sejam Titulares de Ações em Circulação que Não Desejarem Vender Suas Ações. Os Acionistas Habilitados que sejam titulares de Ações em Circulação que concordarem com o Cancelamento de Registro, mas que não desejarem vender as suas Ações no Leilão ("Acionistas Concordantes Não-Vendedores"), deverão preencher a opção de concordância com o Cancelamento de Registro no formulário de manifestação de concordância para a Oferta ("Formulário de Manifestação de Concordância"), em duas vias, que poderá ser obtido no website da Instituição Intermediária ou da Companhia, e nos demais websites indicados no item 11.4 abaixo deste Edital, indicando expressamente que (a) concordam com o Cancelamento de Registro; (b) mas não desejam vender à Ofertante as Ações em Circulação de sua titularidade, declarando ainda terem conhecimento de que: (i) suas Ações em Circulação estarão indisponíveis para alienação até a Data da Liquidação; e (ii) após o Cancelamento de Registro, não será possível alienar suas Ações em Circulação na B3. Após o devido preenchimento, o Formulário de Manifestação de Concordância deverá ser entregue até as [●] horas (horário de Brasília) do dia útil anterior à Data do Leilão, à Corretora que representará o Acionista no Leilão, que, por sua vez, deverá entregá-lo ao Diretor de Operações da B3 até as [●] horas da Data do Leilão.

4.7.3. Acionistas que Exercerem Direito de Recesso na AGE Nexoleum. Conforme indicado no item 1.7 acima e aprovado na Decisão do Colegiado da CVM, serão considerados concordantes com o Cancelamento de Registro os Acionistas que eventualmente venham a exercer o direito de recesso em razão de deliberação da AGE da Companhia relativa à ratificação da aquisição de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Nexoleum. De tal sorte, os Acionistas que eventualmente venham a exercer o direito de recesso e receber o correspondente valor de reembolso relativo à AGE até a Data da Liquidação serão considerados como concordantes com o Cancelamento de Registro para fins do quórum aplicável da Instrução CVM 361, *independentemente de se habilitarem ou participarem do Leilão, ou de outra forma preencherem ou entregarem qualquer Formulário de Autorização, Formulário de Manifestação de Concordância ou Termo de Declaração*.

4.7.4. Acionistas Habilitados Titulares de Ações em Circulação Discordantes. Serão considerados discordantes do Cancelamento de Registro os Acionistas Habilitados que sejam titulares de Ações em Circulação, e cumulativamente (i) não venderem suas Ações no Leilão; e (ii) não tenham preenchido o Formulário de Manifestação de Concordância, não havendo necessidade de qualquer procedimento adicional ("Acionistas

Habilitados Discordantes"). Os Acionistas Habilitados Discordantes estarão automaticamente declarando ter conhecimento de que (i) abstêm-se de alienar qualquer de suas Ações em Circulação no Leilão, sendo certo que suas Ações em Circulação estarão indisponíveis para alienação até a Data da Liquidação; e (ii) após o Cancelamento de Registro, não será possível alienar suas Ações em Circulação na B3.

5. Leilão

5.1. Data e Local do Leilão. O leilão da Oferta ("Leilão") será realizado no **dia [●], às [●] horas (horário de Brasília)** ("Data do Leilão"), no sistema eletrônico de negociação do Segmento Básico da B3. O Leilão obedecerá às regras estabelecidas pela B3, devendo os Acionistas Vendedores atender às exigências para a negociação de ações na B3.

5.2. Interferência na Oferta ou no Leilão. Será permitida a interferência na Oferta ou no Leilão por parte de corretoras representantes de terceiros compradores no Leilão, desde que: (a) (i) a primeira interferência compradora seja realizada com preço pelo menos 5% (cinco por cento) superior ao Preço Opção II; (ii) a interferência tenha por objeto o lote total, nos termos do artigo 12, § 2º, II, da Instrução CVM 361; e (iii) a interferência seja anunciada com 10 (dez) dias de antecedência da Data do Leilão, nos termos do artigo 12, § 4º, da Instrução CVM 361; ou (b) o interferente tenha lançado uma oferta concorrente ou tenha solicitado o registro de oferta concorrente perante a CVM, conforme o caso, dentro de 10 (dez) dias anteriores à Data do Leilão, de acordo com o previsto no §2º, do artigo 13 da Instrução CVM 361.

5.2.1. Caso seja publicado um edital ou solicitação de registro de uma oferta concorrente, a CVM pode (i) adiar a Data do Leilão, (ii) estabelecer um prazo para que todos os concorrentes apresentem suas propostas finais ou (iii) determinar um leilão conjunto, fixando a data, hora e regras para sua condução.

5.3. Procedimento das Corretoras. Até as **[●] horas (horário de Brasília)** da Data do Leilão, cada uma das Corretoras na forma deste Edital deverá registrar no Sistema Eletrônico de Negociação do Segmento Básico da B3, conforme aplicável, as ofertas de venda contendo a quantidade de Ações detidas pelos respectivos Acionistas Habilitados (indicando a escolha pela Opção I ou pela Opção II) que serão por elas representados no Leilão por meio dos seguintes códigos:

- (i) **[●]** – Acionistas Habilitados titulares de ações ordinárias que elegerem o Preço Opção I;
- (ii) **[●]** – Acionistas Habilitados titulares de ações ordinárias que elegerem o Preço Opção II;

- (iii) [•] – Acionistas Habilitados titulares de ações preferenciais que elegerem o Preço Opção I; e
- (iv) [•] – Acionistas Habilitados titulares de ações preferenciais que elegerem o Preço Opção II.

5.4. Alteração, Cancelamento e Confirmação da Oferta. Até as [•] horas **(horário de Brasília)** da Data do Leilão, as Corretoras representantes dos Acionistas Habilitados poderão registrar, cancelar ou alterar as ofertas registradas por meio do Sistema Eletrônico de Negociação do Segmento Básico da B3. A partir das [•] horas (horário de Brasília) da Data do Leilão e até o início do Leilão às [•] horas (horário de Brasília), será permitido somente cancelar, reduzir a quantidade ou reduzir o preço das ofertas de venda. A partir do início do Leilão, as ofertas de venda serão consideradas, para todos e quaisquer fins, irrevogáveis e irretratáveis, sendo permitido reduzir preço apenas aos Acionistas que tenham se habilitado nos termos dispostos neste Edital.

5.4.1. É de responsabilidade da Corretora registrar ordens de venda que tenham as correspondentes Ações Objeto da Oferta depositadas nas carteiras mencionadas no item 4.3 acima deste Edital, conforme aplicável.

5.4.2. Registro dos Negócios.

- (i) Os Acionistas, titulares e não titulares de Ações em Circulação, que elegerem a venda de ações ordinárias pela Opção I ([•]) terão seus negócios registrados pelo preço da Parcela Inicial da Opção I acrescido de juros, conforme itens 3.1(i) e 3.3 acima deste Edital;
- (ii) Os Acionistas, titulares e não titulares de Ações em Circulação, que elegerem a venda de ações ordinárias pela Opção II ([•]) terão seus negócios registrados pelo Preço Opção II acrescido de juros, conforme itens 3.1(ii) e 3.3 acima deste Edital;
- (iii) Os Acionistas, titulares e não titulares de Ações em Circulação, que elegerem a venda de ações preferenciais pela Opção I ([•]) terão seus negócios registrados pelo preço da Parcela Inicial da Opção I acrescido de juros, conforme itens 3.1(i) e 3.3 acima deste Edital;
- (iv) Os Acionistas, titulares e não titulares de Ações em Circulação, que elegerem a venda de ações preferenciais pela Opção II ([•]) terão seus negócios registrados pelo Preço Opção II acrescido de juros, conforme itens 3.1(ii) e 3.3 acima deste Edital.

O depósito, pela Ofertante, de Pagamentos Adicionais aos Minoritários será liquidado pela Ofertante nos termos dos itens 5.5.1 e 5.5.2 abaixo, não cabendo à B3 ou à Instituição Intermediária qualquer responsabilidade sobre tais pagamentos.

5.5. Liquidação Financeira da Oferta. A liquidação financeira da Oferta (no caso da Opção I, somente em relação à Parcela Inicial da Opção I, excluídos Pagamentos Adicionais aos Minoritários) será realizada pela Ofertante no terceiro dia útil após a Data do Leilão, ou seja, em [•] ("Data da Liquidação"), de acordo com as regras da Câmara de Compensação e Liquidação da B3 ("Câmara de Liquidação"), pelo módulo de liquidação bruta, que prevê a liquidação financeira pelo valor bruto da Oferta. A Câmara de Liquidação não será contraparte central garantidora do Leilão, mas atuará apenas como facilitadora da liquidação do Leilão, e será responsável (a) pelo recebimento dos recursos da Ofertante e das Ações Objeto da Oferta dos Acionistas Vendedores, por meio de seus agentes de custódia; e (b) pelo repasse dos recursos da Ofertante para os Acionistas Vendedores e o repasse de referidas ações à Ofertante. Ficará a cargo exclusivo do Acionista Vendedor tomar as medidas cabíveis para garantir que o seu agente de custódia autorize a transferência das Ações Objeto da Oferta para a Central Depositária para a liquidação da Oferta na Data da Liquidação. A não autorização, pelo agente de custódia, da entrega das Ações Objeto da Oferta para a B3, durante o processo de liquidação, implicará a não liquidação da parcela vendida pelo Acionista Vendedor. Caso ocorra falha no processo de liquidação por falta de autorização ao agente de custódia para a transferência das Ações Objeto da Oferta para a liquidação tempestiva da operação, quaisquer custos ou ônus decorrentes dessa falha serão de integral responsabilidade do Acionista Vendedor.

5.5.1. Garantia de Liquidação. De acordo com o artigo 7º, § 4º, da Instrução CVM 361, e os termos e condições do Contrato de Intermediação celebrado entre a Instituição Intermediária e a Ofertante em [•], a liquidação financeira da Parcela Inicial da Opção I e da Opção II serão garantidas pela Instituição Intermediária. A liquidação financeira de eventuais Pagamentos Adicionais aos Minoritários, bem como qualquer novo depósito aos Acionistas que elegeram o Preço Opção I de acordo com o item 3.1(i) acima, todavia, não contarão com a garantia de liquidação, o acompanhamento, a participação ou responsabilidade da Instituição Intermediária. A liquidação financeira de qualquer eventual Pagamento Adicional aos Minoritários será realizada fora da Câmara de Liquidação, mediante depósito pela Ofertante diretamente nas contas bancárias cadastradas pelos Acionistas aceitantes da Opção I. Cada uma de tais liquidações será realizada no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do respectivo pagamento realizado ao Alienante do Controle como resultado de um Earn Out, nos termos do Contrato de Compra e Venda e observados os itens 1.4 a 1.4.10 e 3.1 acima. Os bancos indicados pelos Acionistas no Termo de Declaração deverão ter ao menos uma filial em cada capital brasileira.

5.5.2. Observada a regulamentação aplicável, a Instituição Intermediária obriga-se a intermediar a Oferta e auxiliar a Ofertante em todas as suas fases, nos termos do disposto no artigo 7º, §3º da Instrução CVM 361 e demais normas aplicáveis, observado, contudo, que a liquidação financeira

de eventuais Pagamentos Adicionais aos Minoritários, bem como qualquer novo depósito aos Acionistas que elegeram o Preço Opção I de acordo com o item 3.1(i) acima, todavia, serão feitos diretamente pela Ofertante e não contarão com a garantia de liquidação, o acompanhamento, a participação ou responsabilidade da Instituição Intermediária, tal qual indicado no item 5.5.1 acima.

5.6. Obrigação da Ofertante. Até as [●] (horário de Brasília) da data que coincidir com 2 (dois) dias úteis antes da Data da Liquidação, a Ofertante deverá providenciar a transferência para a conta bancária a ser indicada pela Instituição Intermediária de uma quantia em reais equivalente, pelo menos, ao valor do Preço Opção II (que corresponderá, na Data do Leilão, a um valor superior à Parcela Inicial da Opção I), calculados de acordo com o disposto neste Edital e considerando, exclusivamente para os fins deste item 5.6, que todos os Acionistas elegerão o Preço Opção II, montante este necessário à aquisição do número de ações de emissão da Companhia efetivamente adquirido no âmbito do Leilão.

5.7. Custos, Comissão de Corretagem e Emolumentos. Os custos e emolumentos da B3 e taxas de liquidação da Câmara de Liquidação relativos à venda das Ações Objeto da Oferta no Leilão serão pagos pelo respectivo Acionista Vendedor, enquanto aqueles aplicáveis à compra das Ações Objeto da Oferta serão suportados pela Ofertante. As despesas com a realização do Leilão, tais como emolumentos e outras taxas estabelecidas pela B3 ou pela Câmara de Liquidação, cumprirão as tabelas vigentes na Data do Leilão e as demais disposições legais em vigor.

5.8. Representação no Leilão. A Ofertante será representada no Leilão pela Instituição Intermediária.

6. Cancelamento de Registro

6.1. Cancelamento de Registro. Caso, nos termos do artigo 16 da Instrução CVM 361, ao término do Leilão, os Acionistas Vendedores e os Acionistas Concordantes Não-Vendedores representem em conjunto mais de 2/3 (dois terços) das Ações em Circulação Habilitadas, considerando-se, para o cômputo desse quórum, também o disposto na Decisão do Colegiado da CVM e nos itens 1.7 e 4.7.3 acima, ("Condição para Cancelamento de Registro") e os requisitos para o Cancelamento de Registro estabelecidos nos artigos 47 e 48 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, sejam cumpridos, a CVM deverá deferir o Cancelamento de Registro. O termo "Ações em Circulação Habilitadas" significa o somatório das Ações em Circulação detidas por Acionistas Vendedores, Acionistas Concordantes Não-Vendedores, Acionistas Habilitados Discordantes e Acionistas que eventualmente tiverem exercido direito de recesso e recebido o valor de seu respectivo reembolso até a Data da Liquidação, conforme itens 1.7 e 4.7.3 acima. Para que sejam cumpridos tais requisitos da Instrução CVM nº 480, a Companhia poderá tentar obter a aprovação do Banco ABC, como único detentor das

debêntures de emissão da Companhia para realizar o cancelamento de Registro.

No caso de ser satisfeita a Condição para Cancelamento de Registro, mas o Banco ABC, como detentor da totalidade das debêntures emitidas pela Companhia (vide item 8.8), não concordar com o Cancelamento de Registro, a Companhia pretende converter seu registro perante a CVM para a categoria "B" de emissores, permanecendo, assim, como companhia aberta. Nessa hipótese, a Ofertante, na qualidade de acionista controladora, pretende deliberar a conversão em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, de forma que a Companhia possa formalizar o pedido de conversão perante a CVM. Caso ocorra a conversão para a categoria "B" de emissores e, posteriormente, a Companhia decida por definitivamente cancelar o seu registro de companhia aberta perante a CVM, a Companhia obterá (i) declaração do agente fiduciário de que não há mais debêntures em circulação; (ii) declaração da totalidade dos detentores das debêntures de que estão cientes e concordam com o cancelamento de registro; ou (iii) deliberação unânime em assembleia geral dos debenturistas acerca do cancelamento de registro.

6.2. Caso a Condição para Cancelamento de Registro não seja satisfeita, a Companhia permanecerá registrada perante a CVM como emissora de valores mobiliários categoria A, com ações sendo negociadas no mercado de bolsa – Segmento Básico – da B3.

6.3. Término da Negociação e Venda nos Três Meses Seguintes ao Leilão.

Conforme disposto no artigo 10, § 2º, da Instrução CVM 361, caso a Ofertante venha a adquirir mais de 2/3 (dois terços) das Ações Ordinárias em Circulação, qualquer Acionista que desejar vender suas Ações Ordinárias em Circulação ou suas Ações Preferenciais em Circulação para a Ofertante durante os 3 (três) meses seguintes ao Leilão poderá apresentar à Companhia um pedido para tal efeito. A Ofertante, então, ficará obrigada a adquirir tais Ações Objeto da Oferta remanescentes, durante o prazo de 3 (três) meses contados da data de realização do Leilão, pelo Preço Opção I ou pelo Preço Opção II, ao livre e exclusivo critério dos Acionistas, acrescido de juros de acordo com a variação da média diária da Taxa SELIC calculada *pro rata temporis* a contar da Data da Liquidação até a data do pagamento, conforme última Taxa SELIC que tenha sido disponibilizada até tal data, aplicado *mutatis mutandis* o disposto nos itens 3.4 e 3.5 acima, que será feito em até 15 (quinze) dias após o pedido apresentado pelo Acionista à Companhia ("Aquisições Supervenientes").

6.3.1 Procedimento. Qualquer Acionista que deseje vender suas Ações Objeto da Oferta nos termos do item 6.3 acima deverá apresentar a uma agência da Itaú Corretora de Valores S.A., instituição escrituradora das ações Companhia, a documentação mencionada no item 4.2. O procedimento a ser observado para apresentação do pedido será disponibilizado nos endereços e websites da Companhia e da Instituição Intermediária nos endereços indicados no item 11.4 abaixo após a realização do Leilão.

6.3.2. Nos termos do artigo 7º, § 4º, da Instrução CVM 361, em caso de exercício da faculdade a que se refere o item 6.3 acima, a Instituição Intermediária garantirá o pagamento do preço final exclusivamente da Parcela Inicial da Opção I e da Opção II, conforme o caso, acrescido de juros de acordo com a variação da média diária da Taxa SELIC entre a Data da Liquidação e a data do efetivo pagamento do preço ao Acionista que exercer tal faculdade, conforme última Taxa SELIC que tenha sido disponibilizada até tal data, e ajustado por eventuais dividendos, juros sobre o capital próprio, grupamentos ou desdobramentos eventualmente declarados ou ocorridos. Qualquer pagamento aos Acionistas que escolherem a Opção I em decorrência de eventuais Earn Outs não contarão com a garantia de liquidação, a participação ou responsabilidade da Instituição Intermediária, tal qual indicado nos itens 5.5.1 e 5.5.2 acima.

6.4. Obrigação Superveniente. A Ofertante concorda em pagar aos Acionistas Vendedores a diferença a maior, se houver, entre o preço que estes receberem pela venda de suas Ações Objeto da Oferta, atualizado de acordo com as regras da CVM, desde a Data da Liquidação até a data do efetivo pagamento do valor que seria devido, e ajustado pelas alterações no número de Ações Objeto da Oferta, conforme o caso, decorrentes de bonificações, desdobramentos, grupamentos e conversões se ocorridos, e:

6.4.1. o preço por Ação Objeto da Oferta, conforme o caso, que seria devido, ou venha a ser devido, caso venha a se verificar, no prazo de 1 (um) ano contado da Data do Leilão, fato que impusesse, ou venha a impor, a realização de uma oferta pública de aquisição de ações obrigatória, dentre aquelas referidas nos incisos I a III do artigo 2º da Instrução CVM 361, conforme disposto no artigo 10, I, "a", da Instrução CVM 361; e

6.4.2. o preço por Ação Objeto da Oferta, conforme o caso, a que teriam direito, caso ainda fossem acionistas da Companhia e dissentissem de deliberação da Assembleia Geral da Companhia que venha a aprovar a realização de qualquer evento societário que permita o exercício do direito de recesso, quando este evento se verificar dentro do prazo de 1 (um) ano contado da Data do Leilão, conforme disposto no artigo 10, I, "b", da Instrução CVM 361.

6.4.3. Caso venha a ocorrer fato que enseje o pagamento estabelecido no item 6.4 acima, a liquidação financeira correspondente a tal evento será de responsabilidade da Ofertante, não existindo para tal pagamento qualquer garantia de liquidação financeira prestada pela Instituição Intermediária.

6.4.4. Para que o devido pagamento das obrigações estabelecidas no item 6.4 acima seja operacionalizado, os Acionistas que fizerem jus aos pagamentos adicionais mencionados no referido item deverão manter

atualizado seu cadastro perante a Companhia, por meio do telefone (11) 4596-9298, ou do e-mail: dri@elekeiroz.com.br ou por meio de envio de correspondência ao endereço constante do item 11.4 abaixo, aos cuidados de Ricardo Garcia. Contudo, o cumprimento de tais obrigações não está condicionado à atualização dos dados cadastrais dos Acionistas.

6.5. Resgate de Ações. Se, após o fim da Oferta, for verificado o cumprimento da Condição para o Cancelamento de Registro e restarem ações em circulação no mercado (conforme definido no artigo 4º-A, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações) em montante inferior a 5% (cinco por cento) do total de ações emitidas pela Companhia tal qual já se verifica nesta data, a Ofertante, nos termos do artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações, poderá convocar uma Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para aprovar o resgate pela Companhia das ações em circulação remanescentes no mercado. O preço do resgate será equivalente ao valor da Opção I ou da Opção II, ao livre e exclusivo critério da Ofertante, acrescido de juros de acordo com a variação da média diária da Taxa SELIC calculada *pro rata temporis* a contar da Data da Liquidação até a data do pagamento, conforme última Taxa SELIC que tenha sido disponibilizada até tal data, aplicado *mutatis mutandis* o disposto nos itens 3.4 e 3.5 acima. O pagamento do preço de resgate deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após a aprovação do resgate, o que ocorrerá em Assembleia Geral, por meio de uma instituição financeira com filiais em todas as capitais do Brasil. Todas as informações relativas ao resgate supracitado serão divulgadas por meio de fato relevante, nos termos do inciso III do artigo 20 da Instrução CVM 361.

7. Laudo de Avaliação

7.1. Avaliação. O Avaliador preparou um laudo de avaliação da Companhia, datado de 29 de junho de 2018, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e nas informações financeiras trimestrais revisadas da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018 (em conjunto, "Demonstrações Financeiras da Companhia"), em observância ao disposto no artigo 8º e no Anexo III da Instrução CVM 361 e no §4º, do artigo 4º da Lei das Sociedades por Ações ("Laudo de Avaliação"). Para fins do artigo 8º da Instrução CVM 361, a Ofertante escolheu o Avaliador para a elaboração do Laudo de Avaliação.

O quadro abaixo apresenta as metodologias utilizadas no Laudo de Avaliação e os respectivos valores por Ação.

Método	Preço por ação em R\$	
	Mínimo	Máximo
Fluxo de caixa descontado	5,83	6,39

Valor patrimonial da ação ¹	5,25	
Preço médio ponderado de cotação ²	8,54	9,23

Nota (1): Valor patrimonial da ação: valor patrimonial por ação de emissão da Companhia obtido com base no número de ações de emissão da Companhia em circulação em 29 de junho de 2018 e no valor de patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2018.

Nota (2): Preço médio ponderado de cotação – Mínimo: preço médio ponderado de cotação das ações de emissão da Companhia de rubrica ELEK4 calculado com base nas ações de emissão da Companhia em circulação do dia 29 de junho de 2018, entre a data do fato relevante da Companhia de anúncio da aquisição das ações de emissão da Companhia pela Ofertante no âmbito da Operação e 27 de abril de 2017; Máximo: preço médio ponderado de cotação das ações de emissão da Companhia de rubrica ELEK3 calculado com base nas ações de emissão da Companhia em circulação do dia 29 de junho de 2018, entre data do fato relevante da Companhia de anúncio da aquisição das ações de emissão da Companhia pela Ofertante no âmbito da Operação e a data do Laudo de Avaliação.

7.1.1. Na opinião do Avaliador, a metodologia do fluxo de caixa descontado para determinação do intervalo de valores por Ação Objeto da Oferta é a mais adequada para a determinação do preço justo, do ponto de vista financeiro, por melhor capturar as expectativas de performance futura da Companhia, resultando no intervalo de preço por ação entre R\$ 5,83 (cinco reais e oitenta e três centavos) e R\$ 6,39 (seis reais e trinta e nove centavos).

7.2. Premissas e Informações Utilizadas para a Avaliação. As premissas e informações utilizadas na elaboração do Laudo de Avaliação encontram-se detalhadas nas páginas 31 a 46 do Laudo de Avaliação.

7.3. Disponibilidade do Laudo de Avaliação. O Laudo de Avaliação, contendo todas as premissas e informações utilizadas na sua elaboração, está disponível para análise das partes interessadas nas sedes da Ofertante, da Companhia, da Instituição Intermediária, da B3 e da CVM, bem como acessível nos websites da Companhia, da Instituição Intermediária, da B3 e da CVM nos endereços indicados no item 11.4 abaixo.

7.4. Declarações do Avaliador. Em atendimento ao disposto no Anexo III, item X da instrução CVM 361, o Avaliador, único e exclusivo responsável pela elaboração do laudo de Avaliação, declarou no Laudo de Avaliação que, naquele momento: (i) o Banco ABC, conforme mencionado no item 8.8 abaixo, possuía posição proprietária de 110.000 (cento e dez mil) debêntures simples emitidas, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para

distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) e com prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão, qual seja 22 de junho de 2018; (ii) no curso normal de suas atividades, o Banco ABC poderia vir a negociar, diretamente ou através de empresas relacionadas, valores mobiliários da Ofertante e/ou da Companhia, suas controladas, coligadas e suas respectivas controladoras, em nome próprio ou em nome de seus clientes e, conseqüentemente, poderá, a qualquer tempo, deter posições compradas ou vendidas com relação aos referidos valores mobiliários; (iii) o Banco ABC não possuía informações comerciais e creditícias de qualquer natureza, relativas à Companhia, que possam impactar a avaliação; (iv) o Banco ABC possuía, ao tempo da elaboração do Laudo de Avaliação, relações comerciais e creditícias com a Companhia que consistiam em R\$40.600.000,00 (quarenta milhões e seiscentos mil reais) em empréstimos para a Companhia, as quais não mais estão em aberto, além de ser coordenador líder da emissão de debêntures da Companhia, conforme divulgado pela Companhia em fato relevante de 30 de maio de 2018, o que não impactou na análise realizada para a elaboração do Laudo de Avaliação; (v) a administração da Companhia não direcionou, limitou, dificultou ou praticou quaisquer atos que tenham comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das conclusões apresentadas; (vi) os acionistas e a administração da Companhia não determinaram as metodologias utilizadas pelo Banco ABC para alcançar as conclusões apresentadas na avaliação; (vii) o Banco ABC não possuía qualquer conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; (viii) pela prestação dos serviços referentes à elaboração do Laudo de Avaliação, independentemente do sucesso ou insucesso da Oferta, o Banco ABC recebeu a remuneração fixa, total e líquida de impostos de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), a ser suportado pela Ofertante, não havendo remuneração variável; (ix) exceto pela remuneração acima indicada, nos últimos 12 (doze) meses, não recebeu da Ofertante e/ou da Companhia, suas controladas e coligadas, nenhum valor a título de remuneração por serviços de consultoria, avaliação, auditoria e assemelhados; e (x) possuía experiência comprovada para fins do disposto no artigo 8º, §§1º e 2º da Instrução CVM 361. Tais declarações feitas pelo Avaliador no Laudo de Avaliação continuam verdadeiras e não foram substancialmente alteradas desde sua emissão até a data deste Edital.

7.5. Avaliação Independente. Não obstante a existência do Laudo de Avaliação, cada Acionista deve fazer uma avaliação independente das informações contidas no Laudo de Avaliação e neste Edital e decidir, conforme seu próprio julgamento, sobre a conveniência e o interesse em alienar suas respectivas Ações Objeto da Oferta nos termos desta Oferta, não tendo a Ofertante, o Avaliador e/ou a Instituição Intermediária qualquer responsabilidade pela decisão tomada. Nem a Ofertante, nem o Avaliador, a Instituição Intermediária ou a Companhia estão aconselhando os titulares das Ações Objeto da Oferta a aderirem à Oferta. Cada titular das Ações Objeto da Oferta deve consultar seu advogado, ou consultor financeiro e tributário sobre as conseqüências de participar ou não da Oferta.

Ademais, pelo fato de a elaboração do Laudo de Avaliação ser um processo complexo que envolve julgamentos subjetivos e que não é suscetível a uma análise parcial ou descrição resumida, o Laudo de Avaliação deve ser analisado como um todo, ou seja, em sua integralidade. Análises de partes selecionadas, sumários ou aspectos específicos, ou aquelas feitas sem o conhecimento necessário, podem resultar em um entendimento incompleto e incorreto da análise realizada pelo Avaliador e das conclusões do Laudo de Avaliação.

7.6. Encerramento do Prazo para Solicitação de Nova Avaliação. O prazo para os Acionistas requererem aos administradores da Companhia a convocação de Assembleia Geral especial dos Acionistas para deliberar sobre a elaboração de novo laudo de avaliação, de acordo com o artigo 4º-A da Lei das Sociedades por Ações, foi iniciado em 21 de junho de 2019, conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de junho de 2019, e encerrou-se em 8 de julho de 2019, sem que a Companhia tivesse recebido qualquer solicitação de convocação de Assembleia Geral especial dos acionistas.

8. Informações sobre a Companhia

8.1. Informações Cadastrais. A Companhia é uma companhia aberta, listada no Segmento Básico da B3, com sede na Avenida Dr. Edgardo de Azevedo Soares, nº 392, na Cidade de Várzea Paulista, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.788.120/0001-47, registrada na CVM na categoria "A" de emissores sob nº 4359, com seu estatuto social arquivado na JUCESP sob NIRE 35.3.003.2397-1.

8.2. Objeto Social. A Companhia tem por objeto social (i) o desenvolvimento, industrialização, importação, exportação, armazenagem, distribuição, representação, transporte e comercialização de produtos químicos, petroquímicos e seus derivados; (ii) a prestação de serviços técnicos ou administrativos, relacionados ao objeto social; e (iii) a participação em outras sociedades.

Breve Histórico da Companhia. A Elekeiroz S.A. teve sua origem em 1894 no laboratório farmacêutico Queiroz Moura e Cia., fundado pelo farmacêutico Luiz M. Pinto de Queiroz. Em 1909, a firma Queiroz Moura e Cia. foi transformada em Sociedade em Comandita por Ações L. Queiroz & Cia, razão social que deu origem ao atual nome Elekeiroz, e em 1910 construiu a primeira fábrica de Ácido Sulfúrico da América do Sul. Já em 1942, a empresa encontrava-se sob controle acionário do Banco Francês e Italiano para a América do Sul, liquidado pelo governo brasileiro em decorrência da Segunda Guerra Mundial, assumindo o controle diretivo e acionário da empresa o Dr. Edgardo de Azevedo Soares, que adquiriu as ações da Elekeiroz em poder do Banco. Em 1969, a Companhia abriu seu capital à subscrição pública. A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., em 1982, adquiriu a participação acionária do Dr. Henrique de Toledo Lara e passou a deter importante parcela do capital, vindo a adquirir o controle acionário da Companhia em 1986. Já em 1995, a Elekeiroz do Nordeste Indústria Química incorporou a Produtos Químicos Elekeiroz S.A. e no ano seguinte a razão social foi

alterada para Elekeiroz S.A. Em 2002, a Elekeiroz S.A. adquiriu o controle acionário da Ciquine Companhia Petroquímica, com sede em Camaçari – BA, tornando-se indiretamente sua controladora, ampliando sua capacidade de produção de Anidrido Ftálico e Plastificantes e voltando a atuar na fabricação de alcoóis. Em 2003, a Elekeiroz foi incorporada pela Ciquine Companhia Petroquímica, mantendo, entretanto, a razão social na empresa resultante do processo, por ser este um nome de maior tradição e história no cenário da indústria química brasileira. Esta é a razão pela qual 10/07/1969 aparece como data de constituição da Companhia, ou seja, constituição da incorporadora. Em 2016, a Elekeiroz adquiriu 50% (cinquenta por cento) do capital da Nexoleum Bioderivados S.A., empresa pioneira na produção de plastificantes derivados de óleos vegetais. Esse investimento está alinhado à estratégia de crescimento e complemento de portfólio da Elekeiroz no mercado de plastificantes de forma a melhor atender às necessidades dos seus clientes. Em 4 de junho de 2018, a Ofertante adquiriu o controle da Companhia da Alienante do Controle por meio da venda das Ações de Controle.

8.3. Capital Social. Na data deste Edital, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 103.057.070,40 (cento e três milhões, cinquenta e sete mil e setenta reais e quarenta centavos), dividido em 31.485.170 (trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e setenta) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 14.518.150 (catorze milhões, quinhentos e dezoito mil, cento e cinquenta) ações ordinárias e 16.967.020 (dezesseis milhões, novecentos e sessenta e sete mil e vinte) ações preferenciais.

8.4. Composição Acionária. Na data deste Edital, a composição acionária e distribuição do capital social da Companhia são as seguintes:

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Ofertante	14.261.761	98,234	16.117.360	94,992	30.379.121	96,487
Pessoa Vinculada à Ofertante (Sr. Fernando Marques Oliveira)	1	0,000	0	0,000	1	0,000
Ações em Circulação	256.388	1,766	849.660	5,008	1.106.049	3,513
Tesouraria	0	0	0	0	0	0
Administradores	0	0	0	0	0	0
Total	14.518.150	100	16.967.020	100	31.485.170	100

8.4.1. Mudanças na Composição Acionária. A posição acionária da Companhia e a distribuição do capital social podem mudar desde esta data até a Data do Leilão. Caso haja alteração na quantidade de ações detidas

pela Ofertante a partir da data deste Edital, a Ofertante fará com que a Companhia divulgue um fato relevante, pelo menos 2 (dois) dias úteis antes da Data do Leilão, informando ao mercado da composição acionária final.

8.5. Indicadores Econômicos e Financeiros da Companhia. A tabela abaixo demonstra os indicadores econômicos e financeiros da Companhia, com base nas demonstrações contábeis consolidadas históricas nas datas e períodos indicados:

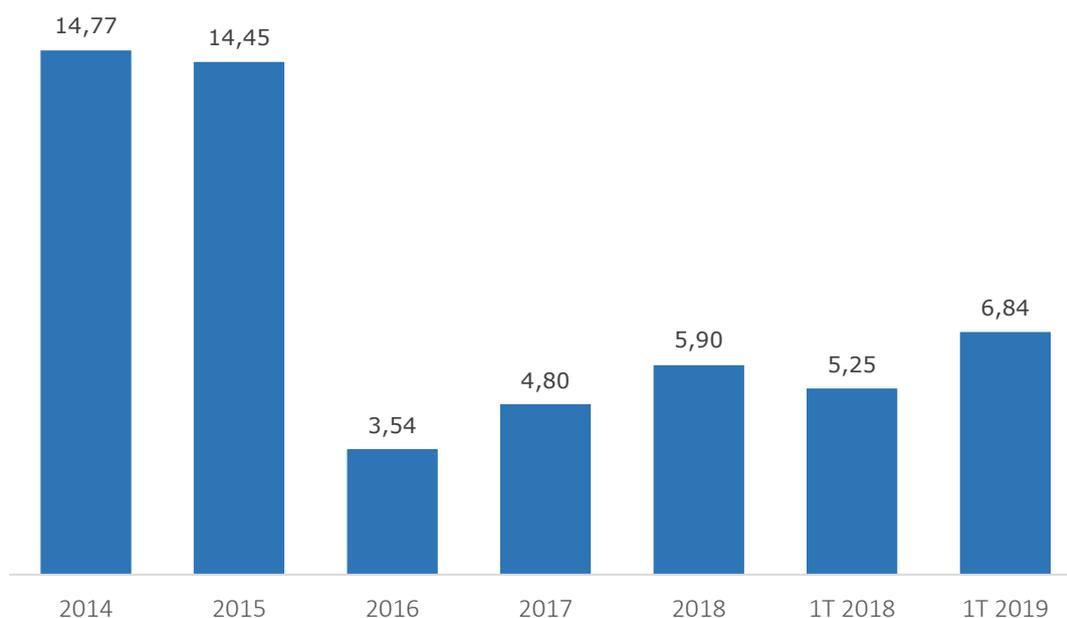
	2015	2016	2017	2018	1T 2019
1) Liquidez					
a) Capital Circulante Líquido (R\$mm)	138,7	111,5	116,7	180,7	170,9
b) Liquidez Corrente	1,7	1,8	1,7	1,9	2,0
c) Liquidez Seca	0,8	1,0	1,2	1,4	1,4
2) Atividade					
a) Giro dos estoques	75	52	35	39	40
b) Prazo médio de cobrança	42	46	46	38	43
c) Ciclo operacional	117	98	81	77	83
d) Giro dos ativos permanentes ¹	2,8	6,8	8,4	8,6	8,6
e) Giro do ativo total ¹	1,2	1,8	2,1	2,1	2,0
3) Endividamento					
a) Endividamento geral	0,40	0,74	0,67	0,67	0,62
b) Composição do endividamento	0,67	0,44	0,58	0,52	0,51
c) Cobertura de juros	-0,1	-6,6	1,3	1,3	2,3
4) Lucratividade					
a) Margem bruta	6,8%	5,2%	15,7%	15,7%	12,6%
b) Margem operacional	-0,5%	-38,6%	6,9%	7,9%	8,6%
c) Margem líquida	-1,2%	-44,6%	4,9%	5,8%	14,1%
d) Retorno sobre o ativo total ¹	-1,4%	-79,1%	10,4%	11,9%	14,5%
e) Retorno sobre o Patrimônio Líquido ¹	-2,4%	-308,6%	31,5%	35,7%	38,0%
f) Lucro por ação ¹	(0,35)	(10,92)	1,51	2,10	2,60

Nota (1): Considerando os últimos 12 meses para os números do 1T2019

Endividamento (R\$ mil)	1T 2018	1T 2017	Var. 1T18/ 1T17	4T 2017	Var. 1T18/ 4T17	1T 2019	1T 2018	Var. 1T19/ 1T18	4T 2018	Var. 1T19/ 4T18
Curto Prazo	102.674	74.779	37,3%	80.807	27,1%	81.042	102.674	-21,1%	87.797	-7,7%
Longo Prazo	65.701	126.868	-48,2%	87.982	-25,3%	136.913	65.701	108,4%	143.228	-4,4%

(=) Dívida Total	168.375	201.647	-16,5%	168.789	-0,2%	217.955	168.375	29,4%	231.025	-5,7%
(-) Caixa e instrumentos financeiros com liquidez	(29.588)	(23.496)	25,9%	(56.357)	-47,5%	(90.464)	(29.588)	205,7%	(130.710)	-30,8%
(=) Dívida Líquida	138.787	178.151	-22,1%	112.432	23,4%	127.491	138.787	-8,1%	100.315	27,1%

Valor Patrimonial por ação (R\$/ação)



8.5.1. As demonstrações financeiras anuais e periódicas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras estão disponíveis nos websites da Companhia e da CVM indicados no item 11.4 abaixo.

8.6. Informações Históricas Sobre Dividendos. A tabela abaixo demonstra o resumo dos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos pela Companhia referentes aos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018:

Declarados

	2015	2016	2017	2018
Dividendos (R\$m)	-	-	7,8	31,7
Dividendos por ação (R\$/ação)	-	-	0,25	1,01

Pagos

	2015	2016	2017	2018	2019
Dividendos (R\$mm)	-	-	-	29,0	10,5
Dividendos por ação (R\$/ação)	-	-		0,92	0,33

8.7. Informações Históricas sobre Negociação de Ações. A tabela a seguir indica os volumes negociados, as quantidades e os preços médios ponderados praticados nas negociações no mercado à vista na B3 com as ações de emissão da Companhia nos últimos 12 (doze) meses até a data deste Edital.

ELEK3

mês	Quantidade de ações negociadas	Volume Negociado em R\$	Preço médio por ação
jun/18	600	3.708	6,2
jul/18	2.552	20.289	8,0
ago/18	1.102	7.875	7,1
set/18	510	3.813	7,5
out/18	312	2.682	8,6
nov/18	1.349	14.874	11,0
dez/18	552	6.551	11,9
jan/19	4.713	73.227	15,5
fev/19	560	7.476	13,4
mar/19			n.d.
abr/19	686	8.149	11,9
mai/19	1.318	17.072	13,0
jun/19	143	2.001	14,0

ELEK4

mês	Quantidade de ações negociadas	Volume Negociado em R\$	Preço médio por ação
jun/18	3.600	28.774	8,0
jul/18	2.348	18.634	7,9
ago/18	5.776	45.208	7,8
set/18	2.260	17.375	7,7
out/18	1.911	19.038	10,0
nov/18	2.054	23.974	11,7
dez/18	2.222	27.015	12,2
jan/19	3.167	39.868	12,6
fev/19	328	4.191	12,8
mar/19	1.013	13.090	12,9
abr/19	2.273	25.803	11,4
mai/19	1.626	19.546	12,0

8.8. Outros Valores Mobiliários Emitidos. A Companhia possui 110.000 (cento e dez mil) debêntures simples emitidas, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) e com prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão, qual seja 22 de junho de 2018. A totalidade de tais debêntures é detida pelo Banco ABC, conforme declarado no item 7.4 acima.

8.8.1. De forma a permitir o Cancelamento de Registro, a Companhia poderá tentar obter a aprovação do Banco ABC, como único detentor das debêntures de emissão da Companhia para tanto, ou até mesmo resgatar ou recomprar as debêntures. No caso de não obtenção de autorização do Banco ABC ou não ocorrência do resgate das debêntures, a Companhia passará a ser registrada na categoria "B" de emissores perante a CVM, conforme mencionado no item 6.1 acima.

8.9. Consulta a Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e estão disponíveis nos endereços da internet <http://www.elekeiroz.com.br/investidores/informacoes-financeiras> (para consultar o formulário de demonstrações financeiras padronizadas da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, acessar <http://www.elekeiroz.com.br/investidores/informacoes-financeiras/informacoes-financeiras-trimestrais/>) e www.cvm.gov.br (para consultar o formulário das demonstrações financeiras padronizadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, acessar nesse website o link "Consulta à Base de Dados", posteriormente acessar o link "Companhias", posteriormente acessar o link "Documentos e Informações de Companhias", posteriormente digitar "Elekeiroz", posteriormente acessar o link "ELEKEIROZ S/A", posteriormente acessar o link "DFP" e, finalmente, acessar no respectivo quadro da página o link "Consulta" aplicável).

8.10. Atualização do Registro de Companhia Aberta. A Ofertante declara neste ato que o registro como companhia aberta da Companhia está devidamente atualizado em conformidade com o artigo 21 da Lei do Mercado de Capitais.

8.11. Informações Adicionais sobre a Companhia. Para acessar demais informações sobre a Companhia, inclusive seu Formulário de Referência, Demonstrações Financeiras, Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, Informações Trimestrais - ITR, consulte os endereços eletrônicos indicados no item 11.4 abaixo. É importante destacar que o Formulário de Referência é atualizado periodicamente e

se recomenda a leitura das Demonstrações Financeiras.

9. Informações Sobre a Ofertante

9.1. Informações Cadastrais. A Ofertante é um fundo de investimento em participações, inscrito CNPJ/MF sob nº 27.486.551/0001-63, neste ato representado por seu administrador BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, 151, 19º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.025.053/0001-32.

9.2. Objetivo da Ofertante. A Ofertante é um fundo de investimento em participações cujos recursos advêm de entidades no exterior geridas por H.I.G. Capital LLC, uma das principais empresas de investimentos em private equity e ativos alternativos do mundo, que busca em suas atividades criar um impacto econômico positivo e valor de longo prazo para os seus investidores e empresas em que investe, mediante aquisições e recapitalizações de empresas bem estabelecidas e rentáveis, e investimentos de capital para expansão e desenvolvimento de empresas com alto potencial de crescimento.

9.3. Patrimônio Líquido da Ofertante. O patrimônio líquido da Ofertante em 28 de junho de 2019 é de R\$26.797.376,59 (vinte e seis milhões, setecentos e noventa e sete mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 30.728,48721 (trinta mil, setecentos e vinte e oito inteiros vírgula quatro oito sete dois uma) cotas, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00 (mil reais) e valor unitário atualizado de R\$ 872,06950 (oitocentos e setenta e dois reais e zero seis nove cinco zero centavos).

10. Declarações da Ofertante e da Instituição Intermediária

10.1. Declarações da Ofertante. A Ofertante declara que:

10.1.1. é responsável pela veracidade, qualidade e suficiência das informações fornecidas à CVM e ao mercado, bem como por eventuais danos causados aos acionistas da Companhia e a terceiros, por culpa ou dolo, em razão da falsidade, imprecisão ou omissão de tais informações, conforme disposto no § 1º do artigo 7º da Instrução CVM 361;

10.1.2. desconhece a existência de quaisquer fatos ou circunstâncias não revelados ao público que possam influenciar de modo relevante os resultados da Companhia ou a cotação das suas ações;

10.1.3. não houve nos últimos 12 (doze) meses negociações privadas relevantes com as ações de emissão da Companhia, entre partes independentes, envolvendo o Ofertante ou pessoas a eles vinculadas;

10.1.4. com exceção das Ações de Controle e de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia de titularidade de pessoa vinculada à Ofertante, a Ofertante ou pessoas a ela vinculadas não são, na data de publicação deste Edital, titulares de outros valores mobiliários de emissão da Companhia;

10.1.5. ficará obrigada a adquirir as Ações em Circulação remanescentes pelo prazo de 3 (três) meses, contados da Data do Leilão, na hipótese e nos termos do item 6.3 acima;

10.1.6. a Ofertante ou pessoas a ela vinculadas não são, na data de publicação deste Edital, parte de quaisquer empréstimos, como tomadoras ou credoras, de valores mobiliários de emissão da Companhia;

10.1.7. a Ofertante ou pessoas a ela vinculadas não estão, na data de publicação deste Edital, sujeitas a exposição em derivativos referenciados em valores mobiliários da Companhia;

10.1.8. se reserva ao direito de exercer a faculdade, conforme prevista no inciso I, § 2º do artigo 12 da Instrução CVM 361, de elevar o preço por ação durante o Leilão; e

10.1.9. não realizou as operações determinadas nos incisos I a III do artigo 15-A da Instrução CVM 361 no período da Oferta, considerando-se esse iniciado em [●], data de publicação do primeiro fato relevante pela Companhia sobre a Oferta. Também não houve negociações nos termos dos incisos acima referidos por quaisquer partes vinculadas ao Ofertante.

10.2. Declarações da Instituição Intermediária. A Instituição Intermediária declara que:

10.2.1. desconhece a existência de quaisquer fatos ou circunstâncias, não revelados ao público, que possam influenciar de modo relevante os resultados da Companhia ou a cotação de suas ações;

10.2.2. a Instituição Intermediária, seu controlador e pessoas a ela vinculadas declaram, nos termos do artigo 7º, § 5º da Instrução CVM 361, (a) não serem titulares ou possuírem atualmente, sob sua administração discricionária, ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia; (b) não possuírem quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia tomados ou concedidos em empréstimo; (c) não possuírem exposição a derivativos referenciados em valores mobiliários de emissão da Companhia; e (d) não serem parte ou beneficiário de quaisquer contratos, pré-contratos, opções, cartas de intenção ou quaisquer outros atos jurídicos dispendo sobre a aquisição ou alienação de valores mobiliários de emissão da Companhia; exceto por posições em Ações previstas no artigo 7º, § 7º, da Instrução CVM 361, e regulamentação aplicável editada pela CVM,

incluindo aquelas decorrentes da celebração, no exterior, a pedido de seus clientes, de operações com derivativos, tendo as ações de emissão da Companhia como ativos de referência (incluindo operações de *total return swap*);

10.2.3. tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pela Ofertante sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, respondendo pela omissão nesse seu dever, bem como verificou a suficiência e qualidade das informações fornecidas ao mercado durante o procedimento da Oferta, necessárias à tomada de decisão por parte dos investidores, inclusive as informações eventuais e periódicas prestadas à CVM e as constantes do Laudo de Avaliação e deste Edital, nos termos do § 2º do artigo 7º da Instrução CVM 361;

10.2.4. garantirá a liquidação financeira dos valores da Oferta a serem liquidados nos termos dos artigos 7º, §4º, e 10, §2º, da Instrução CVM 361, conforme previsto neste Edital e de acordo com as disposições do Contrato de Intermediação; e

10.2.5. na data deste Edital, além do relacionamento relativo à Oferta, a Ofertante e suas afiliadas não possuem relacionamento comercial com a Instituição Intermediária e com sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico em operações financeiras. Não há conflito de interesses entre a Ofertante e a Instituição Intermediária que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções como Instituição Intermediária da Oferta.

11. Outras Informações

11.1. Ausência de Liquidez e Redução no Nível de Informação Após a Oferta. Caso a Condição para Cancelamento de Registro seja satisfeita, a CVM promoverá o Cancelamento de Registro, de forma que ações de emissão da Companhia, incluindo as Ações Objeto da Oferta, deixarão de ser negociadas na B3 ou em mercado de balcão organizado. Exceto pela opção de venda nos 3 (três) meses seguintes ao Leilão ou no caso de aprovação do resgate das ações em circulação remanescentes no mercado, de que tratam os itens 6.3 e 6.5 acima, os Acionistas devem estar cientes de que as Ações Objeto da Oferta não terão liquidez e de que pode não haver outra oportunidade para os Acionistas venderem suas Ações Objeto da Oferta. Adicionalmente, a quantidade das informações disponíveis publicamente sobre a Companhia e suas operações será reduzida significativamente, na medida em que a Companhia passará a ser fechada e estará sujeita somente aos deveres informacionais impostos pela Lei das Sociedades por Ações às companhias fechadas.

11.2. Transações Entre Partes Relacionadas. As transações com partes

relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia estão descritas na seção 16 do Formulário de Referência da Companhia arquivado na CVM (www.cvm.gov.br - nesse website acessar o link "ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações", após digitar "Elekeiroz", posteriormente acessar o link "Formulário de Referência", na sequência acessar o link "Consulta" no primeiro quadro da página e, na nova página que abrirá, selecionar nos quadros "Você está vendo" os itens "16. Transações com partes relacionadas" e "16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas", respectivamente).

11.3. Subscrições Públicas ou Privadas de Ações. Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 361, nos últimos 12 (doze) meses não houve subscrição pública nem privada de ações de emissão da Companhia. Os Acionistas devem estar cientes de que após a publicação do Edital, sujeito ao cumprimento da regulamentação aplicável, a Ofertante pode vir a adquirir Ações de Acionistas que desejarem negociar suas Ações antes da realização do Leilão, incluindo negociações na B3 ou privadas, sempre a preços de mercado não superiores ao Preço da Oferta. Nos termos do artigo 15-B, parágrafo único, da Instrução CVM 361, caso a Ofertante ou pessoas a ela vinculadas adquiram Ações após a publicação deste Edital por preço superior ao Preço da Oferta, a Ofertante aumentará, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o Preço da Oferta, mediante modificação deste Edital, observados os procedimentos previstos no artigo 5º da Instrução CVM 361.

11.4. Acesso ao Edital, Laudo de Avaliação, Lista de Acionistas, Termo de Declaração, Formulário de Autorização, Formulário de Manifestação de Concordância, Contrato de Compra e Venda de Ações e Fato Relevante sobre Alienação do Controle. Este Edital e o Laudo de Avaliação estão à disposição dos Acionistas no endereço da Ofertante, da Companhia, da Instituição Intermediária, da CVM e da B3 informados abaixo. O Contrato de Compra e Venda está à disposição dos Acionistas no website da CVM. O fato relevante referente à alienação de controle da Companhia está à disposição dos Acionistas nos websites da CVM, da B3 e da Companhia. A lista de acionistas da Companhia, com os respectivos endereços e quantidade de ações, somente será disponibilizada aos interessados que comparecerem a qualquer dos endereços mencionados abaixo e apenas mediante identificação e recibo assinado pela parte interessada, conforme estabelecido na alínea "o" do Anexo II da Instrução CVM 361, ressaltado que a lista de acionistas da Companhia não estará disponível no website da Ofertante, da Companhia, da Instituição Intermediária, da B3 ou da CVM. O Termo de Declaração, o Formulário de Autorização e o Formulário de Manifestação de Concordância estarão disponíveis exclusivamente no website da Companhia e da Instituição Intermediária:

KILIMANJARO BRASIL PARTNERS I B - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, representado por seu administrador **BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA**.

Rua Iguatemi, 151, 19º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011, São Paulo, SP

ELEKEIROZ S.A.

Avenida Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392, CEP 13224-030, Várzea Paulista, SP

<http://www.elekeiroz.com.br> (para consultar este Edital, o Laudo de Avaliação, o Termo de Declaração ao Preço Opção I, o Termo de Declaração Relativo ao Preço Opção II, o Formulário de Autorização e o Formulário de Manifestação de Concordância, acessar nesse website o link )

SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 3º andar, CEP 01452-002, São Paulo, SP

<https://www.socopa.com.br> (para consultar este Edital, o Laudo de Avaliação, o Termo de Declaração ao Preço Opção I, o Termo de Declaração Relativo ao Preço Opção II, o Formulário de Autorização e o Formulário de Manifestação de Concordância, acessar nesse website o link )

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Centro Rio de Janeiro, RJ, CEP 20050-901

e

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, Edifício Delta Plaza São Paulo, SP, CEP 01333-010

www.cvm.gov.br (para consultar o Laudo de Avaliação, acessar nesse website o item "Central de Sistemas", em seguida "Ofertas Públicas", em seguida "OPA - Ofertas Públicas de Aquisição de Ações", em seguida, no item "Editais e Laudos de Avaliação – OPA", clicar em "2019" e posteriormente clicar em "ELEKEIROZ S/A" e, finalmente em "LAUDO DE AVALIAÇÃO". Para consultar o Edital, acessar nesse website o item "Central de Sistemas ", em seguida "Ofertas Públicas", em seguida "OPA - Ofertas Públicas de Aquisição de Ações", em seguida, no item "Editais e Laudos de Avaliação – OPA", clicar em "2019" e posteriormente clicar em "ELEKEIROZ S/A" e, finalmente, em "EDITAL". Para consultar o Contrato de Compra e Venda, acessar nesse website o item "Central de Sistemas", em seguida "Ofertas Públicas", em seguida "OPA - Ofertas Públicas de Aquisição de Ações", em seguida, no item "Editais e Laudos de Avaliação – OPA", clicar em "2019" e posteriormente clicar em "ELEKEIROZ S/A"

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Praça Antonio Prado, 48, 2º andar, Centro – Diretoria de Operações São Paulo, SP, CEP 01010-901

www.bmfbovespa.com.br (para consultar o Laudo de Avaliação, acessar nesse website o item "Serviços" e, em seguida, clicar em "Leilões", posteriormente clicar em "Bolsa de Valores" e, finalmente em "Laudo de Avaliação – OPA da Elekeiroz S.A.". Para consultar o Edital, acessar nesse website o item "Serviços" e, em seguida, clicar em "Leilões", posteriormente clicar em "Bolsa de Valores" e, finalmente em "Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Elekeiroz S.A.")

11.5. Identificação do Assessor Jurídico da Ofertante:

PINHEIRO NETO ADVOGADOS

Rua Hungria, 1100 São Paulo, SP, CEP 01455-000

www.pinheironeto.com.br

11.6. Cumprimento das Obrigações da Ofertante. As obrigações da Ofertante descritas neste Edital poderão ser cumpridas por outra sociedade integrante do grupo da Ofertante sediada no Brasil ou no exterior, permanecendo a Ofertante, em qualquer hipótese, responsável pelo fiel cumprimento de tais obrigações perante os Acionistas Vendedores.

11.7. Procedimento Diferenciado, Registro da Oferta e Autorização do Leilão. Em conformidade com o artigo 34, § 2º, da Instrução CVM 361, em sessão realizada em [●], o Colegiado da CVM aprovou a adoção de procedimento diferenciado para unificar, por meio desta Oferta – de nº [●] -, as ofertas públicas (i) em virtude da alienação direta de controle da Companhia; e (ii) para Cancelamento de Registro. Ademais, conforme indicado no item 1.7 acima, o Colegiado da CVM aprovou, na Decisão do Colegiado da CVM de 18 de junho de 2019, a adoção de procedimento diferenciado para cômputo do quórum necessário para o Cancelamento de Registro da Companhia. A realização do Leilão foi autorizada pela B3 em [●].

11.8. Recomendação aos Acionistas/Investidores: A regulamentação e legislação tributária em vigor não preveem o tratamento aplicável aos ganhos auferidos em transações objeto da Oferta de forma específica, e a respectiva tributação aplicável aos acionistas/investidores (inclusive e principalmente aos Investidores que mantêm investimento via Resolução CMN nº 4.373/2014 (que, a partir de 30 de março de 2015, revogou a Resolução CMN nº 2.689/00) que optam por essa modalidade de investimento no País) pode estar sujeita à interpretação da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Tendo em vista que cabe exclusivamente aos acionistas/investidores a responsabilidade pelo pagamento do tributo porventura oriundo da participação e aceitação desta Oferta, recomenda-se que antes de decidirem aderir à Oferta e participarem do Leilão, consultem seus contadores, assessores jurídicos e tributários para verificar as implicações legais e fiscais de tal participação. Nem a Ofertante nem a Instituição Intermediária serão

responsáveis por quaisquer impactos legais, cambiais ou tributários daí decorrentes que afetem negativamente o Acionista. Os Acionistas devem também consultar suas Corretoras, custodiantes e representantes de investidores não residentes com relação aos procedimentos para o recolhimento de tributos, se aplicável, dado que tais procedimentos podem variar.

11.9. Acionistas Domiciliados fora do Brasil. Os Acionistas domiciliados fora do Brasil poderão estar sujeitos a restrições impostas pela legislação de seus países quanto à aceitação desta Oferta, à participação no Leilão e à venda das Ações Objeto da Oferta. A observância de tais leis aplicáveis é de inteira responsabilidade de tais Acionistas não residentes no Brasil.

11.10. Atendimento aos Acionistas. O atendimento aos titulares das Ações Objeto da Oferta será prestado pelo departamento de relações com investidores da Companhia, no telefone (11) 4596-9298 ou pelo e-mail: dri@elekeiroz.com.br.

11.11. Advertência sobre Declarações Futuras/Projeções. Algumas declarações contidas neste Edital poderão referir-se a eventos futuros. O uso de qualquer uma das seguintes expressões como "espera", "antecipa", "pretende", "planeja", "acredita", "estima" e expressões similares são declarações prospectivas, apesar de algumas declarações sobre o futuro não poderem ser identificadas por essas expressões. Em particular, este Edital contém declarações relativas a declarações prospectivas relacionadas, mas sem limitação, ao procedimento a ser observado para a conclusão da Oferta, seus termos e algumas ações a serem implementadas pela Ofertante, a Companhia e algumas terceiras partes, incluindo as Corretoras, no contexto da Oferta. Estas declarações prospectivas estão sujeitas a vários riscos e incertezas, incluindo, mas não limitados, aos riscos de as partes envolvidas na Oferta não cumprirem os requisitos para a conclusão da Oferta. Estas declarações prospectivas são baseadas em premissas, que são consideradas razoáveis pela Ofertante, sujeitas a diversos riscos relacionados a algum negócio, econômico e incertezas competitivas. Presunções da Ofertante neste aviso, que podem ser comprovadas incorretas, incluem, mas não se limitam a, presunções de que a lei e a regulamentação aplicável à Oferta e ao mercado de capitais não serão alteradas antes da conclusão da Oferta. Salvo na medida exigida pela lei, a Ofertante não assume qualquer obrigação de atualizar quaisquer estimativas e declarações prospectivas contidas neste Edital.

O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE REGISTRO DA OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA OBJETO OU SOBRE O PREÇO OFERTADO PELOS VALORES MOBILIÁRIOS OBJETO DESTA OFERTA.

LEIA ATENTAMENTE ESTE EDITAL E O LAUDO DE AVALIAÇÃO EM SUA INTEGRALIDADE ANTES DE ACEITAR A OFERTA.

São Paulo, [●].

KILIMANJARO BRASIL PARTNERS I B - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR

SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.